

Por um anno 12.000
Por seis mezes 6.600
Por tres mezes 3.600

Comunicados e correspondencias,
por linha 1060

A correspondencia das provincias, assim
a official como a particular, ou seja para
realizar assignaturas da folha, ou para a
publicação de editaes, annuncios ou com-
municados, deve vir acompanhada da im-
portancia das assignaturas ou do preço das
publicações pedidas, sem o que não se lhe
dá destino. Os annuncios serão dirigidos
à loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua
Augusta n.º 224 e 226.

ASSIGNATURAS

Por um anno 10.000
Por seis mezes 5.600
Por tres mezes 3.000

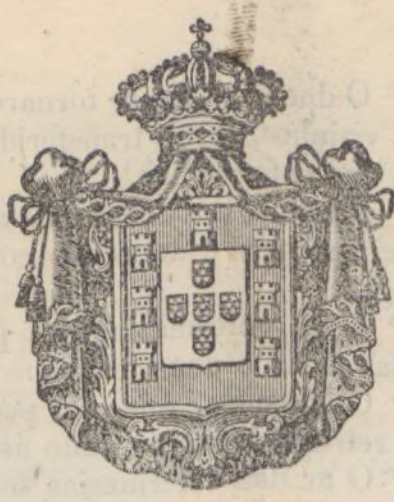
Avulso por folha 1040
Annuncios, por linha 1060

A correspondencia official da capital de-
ve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE
LISBOA, na imprensa nacional, onde igual-
mente se deve remetter, franca de porte, a
correspondencia das provincias, assim co-
mo os periodicos que trocarem com o DIARIO
DE LISBOA.

Annunciam-se todas as publicações lit-
terarias, de que se receberam dois exem-
plares.

DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ



As pessoas que quiserem subscriver para
o DIARIO DE LISBOA no 2.º trimestre do co-
rrente anno podem dirigir-se á loja da venda
do mesmo DIARIO, na rua Augusta n.º 224:
os preços da assignatura são os seguintes:
Com estampilha 3.600 réis
Sem estampilha 3.000 „

A correspondencia para as assignaturas
deve ser dirigida á referida loja, estampilha-
da e acompanhada da respectiva quantia. Os
srs. assignantes do 1.º trimestre, que não qui-
zerem soffrer interrupção na remessa do DIA-
RIO, deverão em tempo renovar a sua assi-
gnatura.

Na referida loja acham-se á venda collec-
ções do DIARIO DO GOVERNO dos annos de
1833 até 1859, pelo preço de 3.000 réis por
collecção de cada um dos ditos annos.

Suas Magestades e Suas Altezas passam
sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECCAO GERAL DA THESOUREARIA

Em continuação do annuncio inserto no *Diario
de Lisboa*, n.º 47, publica-se que se expediram as
ordens necessarias para o pagamento, no dia 19 do
corrente, dos vencimentos do mez de fevereiro ul-
timo (resto) das seguintes classes:

Archivo militar,
Conservatorio real de Lisboa,
Escola medico-cirurgica de Lisboa,
Escola do exercito,
Escola polytechnica,
Collegio militar,
Policia do porto de Lisboa,
Museu de Lisboa,
Estações civis de fazenda,
Lyceu de Lisboa,
Professores do districto de Lisboa,
Estanco e fabrica do tabaco,
Fabrica da polvora,
Officinas em commissão,
Ditos em disponibilidade
Hospital da marinha,
Observatorio,
Guarda real dos archieiros.

Ficando assim concluido o pagamento dos ven-
cimentos do mez de fevereiro ultimo, annuncia-se ou-
trosim que no dia 2 de abril proximo se abrirá o
pagamento dos vencimentos das classes activas e
não activas, respectivos ao corrente mez de março,
segundo as ordens que opportunamente se publi-
cario.

Direcção geral da thesouraria do ministerio da fa-
zenda, em 16 de março de 1860.—*Joaquim José do
Nascimento Lupi*.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA GUERRA

N.º 9

Secretaria d'estado dos negocios da guerra,

em 14 de março de 1860

ORDEN DO EXERCITO

Publica-se ao exercito o seguinte:
Por decreto de 5 do corrente mez:

Corpo de engenharia

Coronel, o tenente coronel, Manuel Maria da Ro-
cha.

Tenente coronel, o major, Alexandre José Bote-
lho de Vasconcellos e Sá.

Major, o major graduado, José de Chelmicki.

Capitão, o capitão graduado, Antonio Ferreira
da Rocha Gandra.

Porto de Nossa Senhora da Graça

Tenente rei, o tenente coronel de cavallaria, com
exercício de major da praça, Joaquim José Maria
Ripado.

Major, com exercicio de major da praça, o ma-
ior graduado do 3.º regimento de artilheria, Ivo
Celestino Gomes de Oliveira.

Commissões activas

Coronel, o coronel graduado de engenharia, lente
jubilado da escola polytechnica, José de Freitas
Teixeira Spínola Castello Branco.

Por determinação de Sua Magestade El-Rei:

Regimento de infantaria n.º 6

Capellão, o capellão do regimento de infantaria
n.º 9, Carlos Augusto Teixeira Pinto.

Batalhão de caçadores n.º 6

Tenente, o tenente do batalhão de caçadores n.º
8, João Rodrigues Baptista, pelo requerer.

Batalhão de caçadores n.º 8

Capitão graduado, o capitão graduado do bata-
lhão de caçadores n.º 6, José Antonio Fernandes
Braga; continuando na commissão em que se acha.

Regimento de infantaria n.º 5

Capitão da 2.ª companhia, o capitão da compa-
nhia de deposito, José dos Santos Coelho.

Capitão da companhia de deposito, o capitão da
2.ª companhia, Joaquim Urbano Cardoso e Silva.

Regimento de infantaria n.º 9

Capellão, o capellão do regimento de cavallaria
n.º 6, Francisco José Marinho, pelo requerer.

Regimento de infantaria n.º 16

Alferes graduado, o alferes graduado do regi-
mento de infantaria n.º 10, Manuel de Azevedo Cou-
tinho.

Praça do Faro

Governador, o tenente coronel reformado addido
ao 2.º batalhão de veteranos, Joaquim de Faria.

1.º batalhão de veteranos

Addido, o alferes reformado addido ao 3.º bata-
lhão de veteranos, Joaquim José Pereira de Cas-
tro.

Avendo justificado o tenente reformado addido
ao 1.º batalhão de veteranos, João Paes, pertencer-
lhe o appellido de—Correia—determina Sua Ma-

gestade El-Rei, que de ora em diante o referido te-
nente reformado seja nomeado—João Paes Correia.

Foram confirmadas as licenças registadas que
os commandantes da 1.ª, 4.ª, 6.ª, 7.ª e 10.ª di-
visões militares, participaram ter concedido aos ofi-
ciaes abaixo mencionados, na conformidade das
instruções insertas na ordem do exercito n.º 20 de
18 de julho de 1857.

João tenente do regimento de cavallaria n.º 1, Joa-
quim José Madeira, trinta dias.

João tenente do regimento de cavallaria n.º 3, Ro-
drigo Maximo Carneira, oito dias.

João tenente do regimento de cavallaria n.º 8, Ma-
nuel João Baptista, quinze dias; a contar do dia 4
do corrente mez.

Alferes do batalhão de caçadores n.º 1, João
Carlos Bon de Sousa, quinze dias.

João capellão do regimento de infantaria n.º 3, José
Elias de Oliveira, trinta dias.

Alferes do regimento de infantaria n.º 5, Anto-
nio Manuel da Silva, prorrogação por trinta dias;
a contar do dia 18 de fevereiro ultimo.

Licenças registadas concedidas aos individuos
abaixo mencionados

João coronel do regimento de cavallaria n.º 7, José
Xavier de Moraes Pinto, prorrogação por trinta dias.

João assistente do extincto commando em chefe do
exercito, addido ao ministerio da guerra, José Pauli-
no Pires Barreiros, prorrogação por dois mezes.—
Duque da Terceira.

Está conforme.—O chefe interino da 1.ª direcção,
D. Antonio José de Mello.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA

E ULTRAMAR

1.ª DIRECCAO—3.ª REPARTICAO

Sendo necessario melhorar o serviço da repartição
de saude naval, emendando no respectivo regu-
lamento as disposições, que a experiencia tem
mostrado inconvenientes, ampliando outras em que
ha deficiencia, harmonisando-o, em fim, com os de-
cretos de 22 de dezembro de 1852, e 20 de outo-
bro ultimo: hei por bem approvar o regulamento,
que d'este decreto faz parte, e baixa assignado pelo
ministro e secretario d'estado dos negocios da mari-
nha e ultramar. O mesmo ministro e secretario d'es-
tado assim o tenha entendido e faça executar. Paço,
em 9 de fevereiro de 1860.—*REI*.—*Adriano Mau-
ricio Guilherme Ferrer*.

Regulamento para o serviço de saude naval

SECÇÃO I

Do conselho de saude naval e do ultramar

CAPITULO I

DO PRESIDENTE DO CONSELHO

Artigo 1.º Ao presidente pertence:
1.º Dirigir os trabalhos do conselho.
2.º Tomar, no intervalo das sessões, as medidas
que julgar urgentes; do que dará parte ao conselho
na mais proxima sessão.

3.º Rubricar todos os documentos.

4.º Assignar as nomeações para embarque, ou
outra qualquer commissão, em que o conselho em-
pregar os seus subordinados.

5.º Examinar as requisições de medicamentos e
utensilios de botica, feitas pelos cirurgiões da ar-
madra; approva-las no todo ou em parte; e manda-
las promptificar.

6.º Executar e fazer executar o presente regu-
lamento, as ordens que lhe forem transmittidas pela
secretaria d'estado dos negocios da marinha e do
ultramar, e as deliberações do conselho.

CAPITULO II

DOS VOGAES DO CONSELHO

Art. 2.º O secretario tem a seu cargo:

1.º Redigir as actas das sessões, os mappaes de
inspecção de saude, as representações, informações,
e outras correspondencias, dirigidas em nome do
conselho.

2.º Passar as certidões que o conselho ordenar.

3.º Vigiar o serviço a cargo da repartição de
contabilidade.

4.º Assignar os annuncios que, em nome do con-
selho, houverem de ser publicados no *Diario de
Lisboa*.

Art. 3.º Ao thesoureiro compete:

1.º Receber e assignar os recibos de todas as
quantias que tenham de entrar no cofre, e entrega-
las ao conselho.

2.º Effectuar em sessão do conselho, e á vista
dos documentos devidamente legalizados, todos os
pagamentos, exceptuando os das despesas minúas,
para os quaes receberá uma somma de que será res-
ponsavel.

3.º Dar ao conselho conta mensal da sua geren-
cia.

Art. 4.º Ao terceiro vogal compete:

1.º Fiscalisar os depositos dos instrumentos cirur-
gicos e das roupas pertencentes ao hospital, e assis-
tir ás inutilizações que n'elles se fizerem.

2.º Examinar as requisições de instrumentos e
appositos feitas pelos cirurgiões da armada; ap-
prova-las no todo ou em parte; e manda-las prompti-
ficar.

CAPITULO III

DEVERES DO CONSELHO

Art. 5.º Compete ao conselho:

1.º Fazer o serviço clinico nas enfermarias do
hospital da marinha.

2.º Reunir-se em junta de inspecção de saude.

3.º Examinar, quando lhe seja requisitado pelo
inspector geral do arsenal da marinha, os viveres
destinados ao fornecimento dos navios do estado,
assim como os que se receberem de torna-viagem,
e assistir á inutilização d'estes ultimos, quando os
julgar incapazes de servir.

4.º Inspeccionar o estado sanitario das tripula-
ções antes da saída dos navios, e indicar as praças
que não poderem seguir viagem.

5.º Observar se as enfermarias e boticas de bordo
estão preparadas com a devida regularidade.

6.º Propor ao governo os melhoramentos hygie-
nicos de que necessitarem os navios ou as equipa-
gens, e outros quaesquer relativos ao serviço.

7.º Informar ao governo annualmente, ou quando
o julgue necessario, sobre o bom ou mau serviço
dos empregados da repartição de saude naval e do
ultramar.

8.º Diligenciar que esteja sempre completo o nu-
mero de facultativos pertencentes aos quadros de
saude da armada e do ultramar, para o que dirigirá
ao governo as respectivas propostas.

9.º Propor ao governo que sejam tirados do qua-
dro effectivo, e passados á classe a que tiverem di-
reito, os facultativos pertencentes á repartição, que
por causa de velhice, enfermidades chronicas, ou
outro impedimento physico, não possam desempenhar
devidamente as obrigações dos seus empregos.

10.º Ter um livro em que sejam registados os
serviços dos facultativos da armada e do ultramar,
e as suas qualificações scientificas, e tudo que for
concernente ás suas antiguidades.

11.º Confeccionar um relatório annual de todo o
serviço de que é incumbido, e remette-lo ao minis-
terio da marinha e do ultramar.

CAPITULO IV

DAS SESSOES DO CONSELHO

Art. 6.º O conselho terá uma sessão ordinaria por
semana no hospital da marinha, e reunir-se-ha ex-
traordinariamente quando o presidente ou algum dos
vogaes o exigir.

Art. 7.º Na ausencia do presidente, servirá em
seu lugar o vogal que o conselho nomear, e no im-
pedimento de algum dos vogaes, será chamado para
o substituir, com previa autorisação do governo, um
facultativo pertencente á repartição.

Art. 8.º Cada um dos vogaes dará parte do que
houver extraordinariamente occorrido no serviço a
seu cargo.

Art. 9.º As deliberações do conselho serão toma-
das á pluralidade de votos: no caso de empate o
presidente terá voto de qualidade.

§ unico. O vogal que discordar, no todo ou em
parte, da deliberação da maioria, assignará vencido;
podendo motivar o seu voto em separado.

Art. 10.º A correspondencia relativa ás delibe-
rações do conselho será assignada pelo presidente.

As propostas dirigidas ao governo serão assignadas
por todos os vogaes presentes.

Art. 11.º As contas mensaes de receita e despeza
e os mappaes do balanço annual serão assignados por
todos os vogaes em serviço.

Art. 12.º Na segunda sessão de cada mez o con-
selho dará balanço ao cofre, examinará as contas do
thesoureiro, e tudo mais que tiver relação com o
serviço do mez findo.

Art. 13.º O fornecimento dos objectos, que for ne-
cessario comprar, será posto a concurso, ou ajus-
tado em sessão do conselho, segundo melhor convier.

Art. 14.º O conselho fará lavar os termos de
fornecimento. Nestes documentos, assignados pelos
vogaes presentes, primeiro official de contabilidade
e arrematantes, se declarará expressamente que os
fornecedores são responsaveis pela boa qualidade dos
objectos arrematados, e obrigados a substitui-los por
outros, quando não forem de boa qualidade; ficando
ao conselho o direito de os comprar, por conta dos
mesmos fornecedores, onde os encontrar com as con-
dições requeridas.

Art. 15.º Os empregados menores do hospital se-
rão admittidos ou despedidos do serviço pelo con-
selho, em sessão.

Art. 16.º A iniciativa das propostas para a ad-
missão d'estes empregados pertence principalmente
ao presidente.

Art. 17.º As actas das sessões serão assignadas
na sessão immediata pelos vogaes que estiverem
presentes.

CAPITULO V

DAS INSPECÇÕES DE SAUDE

Art. 18.º O conselho reunido no hospital uma vez
por semana, e extraordinariamente quando o ser-
viço o exigir, para inspeccionar os individuos que
se apresentarem com ordem ou guia das autoridades
de marinha, e os que das enfermarias do hospi-
tal lhe forem enviados pelos facultativos.

§ unico. Inspeccionará na casa em que residirem
os individuos que não poderem apresentar-se no hospi-
tal da marinha.

Art. 19.º Os mappaes das inspecções (modelo n.º
1), assignados por todos os membros da junta, se-
rão remettidos ás autoridades competentes.

Art. 20.º A junta officialará ás autoridades a quem
competir, para que mandem entrar no hospital os in-
dividuos submettidos ao seu exame, quando se reco-
nheça a necessidade de mais longa observação.

Art. 21.º Os individuos inspeccionados serão clas-
sificados segundo o seu estado physico, pelo seguinte
modo:

1.º Apto para o serviço.

2.º Incapaz de serviço temporariamente.

3.º Incapaz de serviço activo.

4.º Incapaz de todo o serviço.

Art. 22.º Quando a junta arbitrar licença aos in-
dividuos inspeccionados, declarará o uso que d'ella
devam fazer do seguinte modo:

1.º Para se tratar.

2.º Para banhos do mar.

3.º Para uso de aguas mineraes.

4.º Para tomar ares.

5.º Para convalescer.

Art. 23.º O maximo das licenças que a junta po-
derá arbitrar será de noventa dias.

§ unico. O maximo d'estas licenças poderá ser au-
mentado na inspecção dos individuos que tenham
de ir respirar ares patrios, e dos que voltarem do
ultramar; não podendo, contudo, este augmento ex-
ceder a trinta dias.

Art. 24.º Para as isenções do serviço a junta se
regulará pela tabella n.º 2 e observações annexas.

SECÇÃO II

Do serviço do hospital

CAPITULO I

DO DIRECTOR

Art. 25.º O presidente do conselho de saude na-
val e do ultramar é director do hospital da marinha.

Art. 26.º Compete ao director:

1.º Passar visita em uma ou mais enfermarias.

2.º Repartir equitativamente o serviço clinico por
todos os facultativos.

3.º Observar superiormente o serviço dos empre-
gados menores.

4.º Inspeccionar a botica, e examinar os medica-
mentos, quando o julgar necessario.

5.º Fiscalisar todas as officinas e depositos.

6.º Assignar as altas, a correspondencia e o ex-
pediente do hospital.

CAPITULO II

DOS FACULTATIVOS DE VISITA

Art. 27.º Pertence aos facultativos:

1.º Visitar diariamente os doentes de manhã até
às onze horas, e extraordinariamente quando o jul-
garem preciso.

2.º Reunir em conferencia os outros facultativos
do hospital, quando houver necessidade.

3.º Recitar nas papeletas pelos numeros do for-
mulario do hospital; podendo, contudo, servir-se
de outras prescripções; designando, porém, em am-
bos os casos as doses por extenso.

4.º Descrever nas papeletas a historia e progresso
das doencas, e ordenar as dietas em voz alta, es-
crevendo por extenso o numero correspondente.

5.º Fazer o recitativo no livro respectivo, im-
mediatamente depois da visita.

6.º Marcar no livro do recitativo com o signal
X, adiante do numero da formula, os medica-
mentos cuja administração deva ser mais vigiada.

7.º Inspeccionar tudo o que disser respeito ao
serviço das suas enfermarias, e vigiar que os seus
subordinados tratem bem os doentes.

8.º Rubricar os mappaes das dietas.

9.º Requisitar ao director os objectos necessarios
para as suas enfermarias.

10.º Ordenar a collocação dos doentes como jul-
garem mais conveniente ao seu tratamento, e ás
commodidades do serviço.

11.º Conceder ou negar licença para serem visi-
tados os doentes das suas enfermarias.

12.º Indicar os doentes e convalescentes que de-
vem levantar-se, e passear na enfermaria, ou no
jardim do hospital.

13.º Dar as altas, mencionando nas papeletas o
nome da doença, a sua terminação, e as observa-
ções necessarias.

14.º Confeccionar mensalmente um mappa cli-
nico (modelo n.º 3) das enfermarias a seu cargo.

Art. 28.º Havendo impedimento em algum dos
clnicos, ou quando elles não sejam suficientes em
razão de grande affluencia de enfermos, o conselho
preencherá esta falta nomeando um ou mais facul-
tativos da repartição de saude naval e do ultramar,
dando immediatamente parte ao governo.

CAPITULO III

DOS CIRURGIÕES INTERNOS DO HOSPITAL

Art. 29.º O hospital da marinha terá dois cirur-
giões internos, os quaes serão tirados d'entre os cir-
urgiões dos quadros da armada e do ultramar. Estes
ultimos não poderão ser nomeados antes de ob-
terem a reforma ou aposentação, ou sem que te-
nham sido considerados incapazes temporariamente
do serviço no ultramar.

Art. 30.º O serviço d'estes cirurgiões será dis-
tribuido por escala. O que estiver de dia não po-
derá ausentar-se sem que tenha sido competente-
mente substituido.

Art. 31.º Na ausencia dos vogaes do conselho,
o cirurgião interno é a primeira autoridade

Art. 56.º As caixas dos medicamentos e utensílios de botica, destinados aos navios do estado, serão promptificadas na presença dos cirurgiões, ou outros indivíduos a cargo de quem devam passar, os quaes poderão verificar o peso e qualidade dos objectos que têm de receber.

Art. 57.º O 1.º pharmacoteuclidar que os vasos e utensílios destinados ás boticas dos navios tenham as condições necessárias para a conservação e duração dos medicamentos.

Art. 58.º Se os medicamentos e utensílios pertencentes aos navios, depois de entregues na botica perante o director, ainda poderem servir, serão inventariados, e ficarão a cargo do 1.º pharmacoteuclidar; se forem julgados incapazes, serão examinados pelo conselho e inutilizados; n'este caso o 1.º official da contabilidade lavrará um termo, e o assignará com todo o conselho.

Art. 59.º No fim de cada anno se procederá, perante o conselho, ao balanço da botica e deposito respectivo, inutilizando-se n'este acto os medicamentos e outros objectos que estiverem deteriorados, do que se lavrará um termo, que será assignado pelo conselho, e o 1.º official da contabilidade.

Art. 60.º O conselho comprará em tempo competente, e pelo modo disposto no artigo 13.º, as drogas e outros objectos necessários á botica, sendo previamente examinados no hospital; podendo com tudo delegar nos diferentes encarregados a compra de objectos de menor importancia, tomando-lhes conta no fim de cada mez.

CAPITULO VII

DO ENCARREGADO DAS ARRECADAÇÕES E DO FIEL

Art. 61.º O encarregado das arrecadações será proposto pelo conselho, que lhe exigirá as quantias que julgar convenientes.

Art. 62.º Compete-lhe:

1.º Guardar em diferentes arrecadações as roupas dos doentes, e as do hospital, e responder ao conselho por estes objectos.

2.º Receber dos fornecedores os generos para as dietas e botica, e as rações para os empregados, por meio de vales passados á vista das ordens e requisições diarias.

3.º Fazer as compras chamadas miúdas para as quaes receberá a quantia necessária.

4.º Evitar que das arrecadações a seu cargo saia algum objecto sem requisição rubricada pelo director; exceptuando porém as roupas e mais pertences dos doentes, que restituirá á vista do bilhete n.º 13.

5.º Receber e guardar os espolios; os de ouro ou prata serão depositados no cofre do hospital; as roupas, vendidas em leilão, e o seu producto arrecadado no mesmo cofre.

Art. 63.º O fiel será proposto pelo encarregado das arrecadações, e nomeado pelo conselho.

Art. 64.º O fiel coadjuvará o encarregado das arrecadações, ficando responsável pelos objectos que lhe forem confiados.

CAPITULO VIII

DO ENFERMEIRO-MÓR, DOS ENFERMEIROS, AJUDANTES E SERVENTES

Art. 65.º Ao enfermeiro-mór compete:

1.º Responder pelo serviço das enfermarias, da cozinha e da porta, e pela policia do hospital; são-lhe consequentemente subordinados os enfermeiros, ajudantes, serventes, cosinheiro e porteiro.

2.º Visitar frequentes vezes as enfermarias para observar se os enfermeiros, ajudantes e serventes cumprem os seus deveres; se os remedios e dietas são distribuídos a horas competentes, no devido grau de calor e com o maior acceio.

3.º Assistir na cozinha á distribuição das dietas.

4.º Fazer a chamada dos empregados menores ás seis horas da manhã, e dar parte ao cirurgião interno do que occorreu.

5.º Distribuir o serviço dos enfermeiros e serventes; dispor o serviço da noite, e fazer a escala dos enfermeiros e serventes de vés.

6.º Vigiar no acção das roupas e utensílios; que as camas sejam feitas ás horas determinadas, a limpeza comece e finde quando o prescreve o regulamento, e se cumpram as medidas hygienicas e de policia prescriptas no capitulo 14.º

7.º Colocar os doentes nas enfermarias indicadas pelo cirurgião interno.

8.º Participar diariamente as occorrencias do serviço ao cirurgião interno, e ao director.

Art. 66.º Os enfermeiros tem os seguintes deveres:

1.º Estar nas enfermarias ás seis horas e meia da manhã, para começarem o serviço.

2.º Acompanhar os facultativos nas visitas, e responder pela execução do que elles lhes ordenarem.

3.º Fazer os curativos dirigidos pelo cirurgião interno.

4.º Administrar os remedios e as dietas ás horas marcadas no regulamento, e extraordinariamente quando lhes for ordenado pelos facultativos.

5.º Entregar na repartição de contabilidade, logo depois da visita, o mappa das dietas (modelo n.º 10) para o dia seguinte, e as papeletas dos doentes que tiverem alta ou fallecerem.

6.º Responder pelos objectos que tiverem recebido.

7.º Vigiar na limpeza e arranjo das enfermarias e suas dependencias, e cuidar que as camas dos doentes sejam feitas ás vezes necessárias.

8.º Manter a policia e boa ordem entre os doentes e os empregados das enfermarias.

9.º Cumprir, na parte que lhes pertence, as disposições do artigo 124.º

10.º Dar conta ao enfermeiro-mór de todas as novidades que tiverem occorrido no serviço de que são encarregados.

Art. 67.º Haverá ordinariamente dois enfermeiros de vés em cada noite, acompanhados por dois ou mais serventes, começando o serviço do primeiro depois da distribuição da ceia, e terminando á meia noite; e o do segundo desde esta hora até ás seis da manhã.

Art. 68.º Ao enfermeiro que estiver de vés cumpre:

1.º Rondar frequentemente as enfermarias, vigiando se os serventes de vés estão acordados, e acodem com promptidão e caridade aos doentes.

2.º Executar as prescrições que deve pôr em pratica durante a noite, para o que receberá de todos os enfermeiros a nota competente.

3.º Dar parte por escripto ao enfermeiro-mór do que occorreu durante o serviço.

4.º Fornecer do deposito da sua enfermaria a roupa destinada a algum doente, que entrar durante a noite, e recebe-la depois do enfermeiro respectivo.

Art. 69.º O serviço, durante o jantar dos enfermeiros e serventes, pertence aos que estiverem de vés, os quaes, a seu turno, serão rendidos pelos primeiros.

Art. 70.º Os ajudantes coadjuvarão os enfermeiros no serviço de que estes são incumbidos.

Art. 71.º Os serventes são obrigados a responder á chamada feita pelo enfermeiro-mór, a fazer a limpeza das enfermarias e dos doentes, e qualquer outro serviço do hospital, que lhes for ordenado.

Art. 72.º Os enfermeiros, ajudantes e serventes estarão no hospital ás seis horas da manhã, para responder á chamada do enfermeiro-mór, e não poderão sair sem licença do cirurgião interno.

CAPITULO IX

DO COSINHEIRO

Art. 73.º O cosinheiro receberá da dispensa os

generos necessários para apromptar as dietas de que constar o mappa diario (modelo n.º 11), e responderá pela boa preparação dos alimentos, e exactidão das quantidades determinadas na tabella n.º 15.

Art. 74.º Terá as dietas promptas para se distribuírem ás horas marcadas no artigo 124.º

Art. 75.º Não preparará conjuntamente o jantar e a ceia.

Art. 76.º Terá utensílios privativos para a preparação das dietas dos officiaes.

Art. 77.º Na cozinha não haverá utensílios de cobre.

CAPITULO X

DO BARBEIRO

Art. 78.º São deveres do barbeiro:

1.º Estar no hospital ás nove horas da manhã.

2.º Fazer a barba e cortar o cabelo aos doentes, quando lhe for ordenado pelo enfermeiro-mór.

3.º Rapar os cabelos em qualquer parte do corpo em que houver de se praticar operação cirurgica.

CAPITULO XI

DO PORTEIRO

Art. 79.º É da sua obrigação abrir a porta do hospital ás cinco horas e meia da manhã, e fecha-la ás nove da noite, no verão; e ás oito horas, no inverno.

Art. 80.º Só poderá abrir a porta antes da hora marcada no artigo antecedente: 1.º, a algum enfermo que, por motivo urgente, tenha de entrar no hospital; e 2.º, aos facultativos de visita.

Art. 81.º Vigiará que só entrem no hospital os empregados, os doentes com baixa, e as pessoas devidamente autorizadas, e não deixará sair os doentes, que não forem munidos das respectivas altas.

Art. 82.º Evitará a saída de qualquer objecto pertencente ao hospital, ou aos doentes, uma vez que não seja permitida pelo director; podendo proceder a qualquer averiguação que julgar conveniente.

Art. 83.º Não deixará entrar alimentos ou bebidas, excepto para consumo do hospital.

Art. 84.º Avisará com um toque de sino o cirurgião interno para assistir á entrada dos doentes, e pelo mesmo modo indicará aos enfermeiros as horas da distribuição dos remedios e das dietas.

Art. 85.º Será substituído, quando tenha de ausentar-se, por um servente competentemente nomeado.

CAPITULO XII

LICENÇAS, GRATIFICAÇÕES E CASTIGOS

Art. 86.º Os enfermeiros, ajudantes e serventes terão licença para estar fóra do hospital vinte e quatro horas seguidas, duas vezes por mez.

Estas licenças serão reguladas por uma escala feita pelo director.

Art. 87.º O conselho poderá distribuir annualmente uma gratificação, até á quantia de 12,000 réis, a um dos empregados menores, que pelo seu serviço exemplar a tenha merecido; e igualmente deverá punir os que faltarem ao desempenho das suas obrigações, tirando-lhes a licença mensal, multando-os, suspendendo-os e despedindo-os.

CAPITULO XIII

ADMISÃO E SAÍDA DOS DOENTES

Art. 88.º Serão admittidos no hospital, para se tratar, todos os empregados do estado, dependentes do ministerio da marinha e ultramar, e os indivíduos que compõem as tripulações dos navios de guerra, os veteranos da marinha, os operarios do arsenal, os empregados do hospital e da cordoaria nacional, e os presos das galés e outras prisões maritimas.

Art. 89.º Os individuos estranhos á repartição de marinha e ultramar não poderão ser recebidos no hospital, salvo em casos urgentissimos, sem ordem superior, precedendo convenção sobre o subsidio que deverão pagar.

Art. 90.º Todos os individuos de que tratam os artigos antecedentes trarão uma baixa (modelo n.º 12) assignada pelo commandante do navio ou corpo, ou chefe do repartição a que pertencem, e pelo cirurgião e escriptão; mas em casos extraordinarios poderão ser admittidos sem baixa, a qual será immediatamente solicitada.

Art. 91.º O hospital é unicamente destinado para tratamento de doentes curaveis, por tanto os que não estiverem n'estas circumstancias sómente serão admittidos para receberem os socorros temporarios de que necessitarem.

Art. 92.º A entrada dos doentes no hospital será, nos casos ordinarios, depois das quatro horas da tarde.

Art. 93.º Os doentes serão recebidos no hospital pelo cirurgião interno.

Art. 94.º Os doentes entrados serão immediatamente lavados, não havendo inconveniente, e as suas roupas substituídas por outras do hospital.

Art. 95.º As altas serão dadas na vespera da saída pelo facultativo competente.

Art. 96.º Os doentes que tiverem alta entregarão ao enfermeiro respectivo as roupas de seu uso, pertencentes ao hospital, depois de terem recebido da arrecadação de fardamentos os objectos que ali tinham depositado.

Art. 97.º Os doentes, que tiverem alta, sairão no inverno antes da ceia, e no verão depois d'ella.

Art. 98.º Se algum doente se evadir do hospital, o director mandará immediatamente alta á autoridade que tiver assignado a baixa.

Art. 99.º Quando fallecer algum enfermo o director avisará logo a autoridade competente; se o fallecido for official participará tambem ao chefe do estado maior da marinha a hora em que se effectuára o saimento, a que mandará proceder tendo em vista a categoria do finado, abonando as despesas pelo cofre do hospital; se o fallecido for extranho á marinha, e não deixar meios pecuniarios para aquella despesa, o director o requisitará á autoridade que assignou a respectiva baixa.

Art. 100.º Os doentes que tiverem alta, sendo praças de pret, serão acompanhados até á estação a que pertencerem.

CAPITULO XIV

HYGIENE E POLICIA DO HOSPITAL

Art. 101.º Haverá enfermarias de medicina e de cirurgia. As doenças contagiosas serão tratadas em enfermarias especiaes.

Art. 102.º Para cada doente haverá na enfermaria o numero de objectos consignados na tabella n.º 14.

Art. 103.º Haverá nas enfermarias vasos proprios para os remedios tendo o numero da enfermaria e dos medicamentos em referencia ao formulario do hospital.

Art. 104.º As papeletas estarão em molduras, suspensas junto á cabeceira dos doentes; porém á hora da visita serão collocadas sobre as camas.

Art. 105.º O director terá o maior cuidado em que nas enfermarias não haja accumulção de doentes, que altere as condições hygienicas do hospital.

Art. 106.º As camas das enfermarias terão um enxergão, um colção, um travesseiro, uma almofada, dois lençóis, duas fronhas, uma coberta, e um cobertor no verão, e dois no inverno.

Art. 107.º A roupa branca das camas será mudada duas vezes no mez, e a dos doentes todos os oito dias; os guardanapos uma vez na semana; e as toalhas todos os dias. Extraordinariamente podem fazer-se estas mudanças com mais frequencia, se os facultativos as ordenarem.

Art. 108.º As camas dos doentes agonisantes serão cercadas com biomboes.

Art. 109.º O doentes, que se tornarem incommodos aos seus vizinhos, serão transferidos para quartos afastados das enfermarias.

Art. 110.º Para uso dos doentes de molestias contagiosas haverá roupas e utensílios com um signal que os distinga.

Art. 112.º Cada enfermaria terá para uso dos doentes um lavatorio e duas toalhas.

Art. 112.º Os doentes, que não puderem levantar-se, terão retretes inodoros junto ás camas.

Art. 113.º O ar das enfermarias será purificado duas vezes em cada dia por meio de ventilação, e extraordinariamente com fumigações, aspersões, e por quaesquer outros meios que os facultativos indicarem.

Art. 114.º As enfermarias serão varridas duas vezes por dia e lavadas uma vez por semana, prohibindo-se a lavagem chamada de *baldeação*.

Art. 115.º Os escarradores, urinos e retretes serão lavados duas vezes por dia.

Art. 116.º As latrinas serão arejadas por sistema de ventilação conveniente, lavadas e desinfectadas duas vezes por dia, e terão as portas constantemente fechadas.

Art. 117.º O hospital será varrido uma vez por dia, e lavado uma vez por semana; contudo nas enfermarias se procederá de que determina o artigo 114.º

Art. 118.º Todo o hospital será caído duas vezes por menos em cada anno.

Art. 119.º Não se demorão aguas sujas em parte alguma do edificio.

Art. 120.º Não havendo inconveniente, os doentes serão obrigados a lavarem-se no dia em que entrarem no hospital; a lavarem a cara e as mãos todos os dias; a terem o cabelo cortado e a barba feita.

Art. 121.º O valor dos objectos, voluntariamente deteriorados pelos doentes, lhes será descontado no vencimento pelo preço que custaram ao hospital, para o que o director officiará á autoridade competente.

Art. 122.º Os doentes que commetterem outras faltas poderão ser transferidos para a enfermaria, prisão, ou para quartos destinados para esse fim, porém sendo as faltas de maior gravidade o director as levará ao conhecimento da autoridade competente.

Art. 123.º É prohibido aos doentes:

1.º Usar de roupas que não sejam do hospital. D'esta determinação podem ser exceptuados os doentes que não forem tratados nas enfermarias.

2.º Ter armas.

3.º Deitarem-se calçados em cima da cama.

4.º Manchar o pavimento ou as paredes.

5.º Trocar, vender, ou dar as dietas.

6.º Exercer officios dentro do hospital.

7.º Vender tabaco.

8.º Jogar.

9.º Estar longe das suas camas nas horas da visita, e da distribuição dos remedios e das dietas.

10.º Sair das enfermarias sem licença.

11.º Falar alto e praticar qualquer acto que possa perturbar o sossego e a ordem do hospital.

Art. 124.º O serviço das enfermarias será feito ás seguintes horas:

As sete horas da manhã—primeira distribuição de remedios; curativo.

Fazem-se as camas. Os serventes limpam os escarradores e as caixas de retrete.

Os enfermeiros ventitam as enfermarias, purificam o ar das latrinas, e dão agua aos doentes para se lavarem.

Os serventes vão buscar o almoço.

As oito horas—almoço.

Varrem-se as enfermarias.

As nove horas—começa a visita, que deve estar terminada ás onze.

As onze horas—segunda distribuição de remedios. Os serventes levam os vasos e vidros que devem estar na botica ás onze horas e meia.

Os serventes vão buscar o jantar.

Ao meio dia—jantar.

Varrem-se as enfermarias, e ventitam-se depois. Da uma ás tres horas—silencio.

As quatro horas—terceira distribuição de remedios e curativo.

As cinco horas—ceia.

Ventitam-se as latrinas, e purifica-se o ar.

Faz-se segunda vez a limpeza nas enfermarias.

As seis horas—começa o serviço dos enfermeiros e serventes de vés.

CAPITULO XV

DAS DIETAS DOS DOENTES E DAS RAÇÕES DOS EMPREGADOS

Art. 125.º As dietas são as que vão consignadas na tabella n.º 15.

Art. 126.º Os facultativos são obrigados a cingir-se á tabella n.º 15, e ás disposições annexas.

Art. 127.º As dietas serão abonadas em cada dia para o seguinte, excepto quando for urgente abona-las para o mesmo dia, devendo reverter á despesa, no todo ou em parte, se o facultativo julgar que não convem ao doente a dieta prescripta na vespera.

Art. 128.º O caldo será conduzido para as enfermarias em vasos grandes de folha com esquentadores, o pão em taboleiros de madeira, e as dietas em taboleiros de folha de ferro com deposito de agua quente para conservar os alimentos na temperatura conveniente.

Art. 129.º Será abonada pelo hospital uma ração diaria a todos os empregados de que trata a tabella B do decreto de 20 de outubro de 1859.

§ unico. A ração que na mesma tabella está indicada para os pharmacoteuclidas será abonada ao que ficar de serviço no hospital.

Art. 130.º A ração dos empregados compõe-se, nos dias de gordo, de um arratel de pão, um arratel de carne de vacca, quatro onças de arroz, e um quartilho de vinho; e nos dias de magro, da mesma quantidade de pão e vinho, um arratel de peixe salgado, quatro onças de arroz, ou um selamin de legume, e uma onça de azeite. A ração pôde ser substituída pelo seu equivalente em dinheiro.

Art. 131.º As rações serão distribuídas aos empregados logo depois da chamada feita pelo enfermeiro de vés.

CAPITULO XVI

VISITA AOS DOENTES

Art. 132.º As visitas aos doentes serão concedidas sómente pelos facultativos, duas vezes na semana, em casa apropriada, em dia e hora marcada pelo director, e extraordinariamente quando os facultativos o permitirem.

Art. 133.º Só em caso de molestia, que impossibilite os doentes de saírem da enfermaria, poderão n'ella ser visitados.

Art. 134.º Durante a visita, um enfermeiro vigiará que os doentes não recebam alimentos ou bebidas.

CAPITULO XVII

DAS CONDUCTAS

Art. 135.º O director do hospital avisará as autoridades competentes para mandarem apresentar á junta de saúde aquellos doentes que houverem de ir ás Caldas, e depois d'esta inspecção serão novamente avisadas as mesmas autoridades para os mandarem entrar no hospital, na vespera da saída da conducta.

Art. 136.º Estes doentes serão acompanhados até ao seu regresso a Lisboa por um empregado da repartição de saúde da armada.

Art. 137.º Este empregado receberá do director

do hospital uma relação que servirá de guia, designando os nomes, empregos e molestias dos doentes que tem de acompanhar, e receberá tambem pelo cofre do hospital a quantia necessária para as despesas do transporte.

Art. 138.º Um enfermeiro e um servente acompanharão os doentes. O conselho abonará a cada um d'elles, alem dos seus vencimentos, uma gratificação igual ao soldo de um mez.

Art. 139.º O conselho avisará com antecedencia o director do hospital das Caldas da Rainha do numero e das graduções dos doentes que tenham de ir fazer uso das aguas thermaes, e lhe indicará o dia em que sairão de Lisboa os que compõem a conducta, bem como officiará ás autoridades administrativas de Villa Franca, para auxiliarem o encarregado da conducta.

Art. 140.º As despesas feitas com estas conductas serão abonadas pelo cofre do hospital. O empregado, que acompanhar os doentes, receberá do conselho a quantia que se julgar necessaria, de que dará contas logo que concluir essa commissão de serviço.

CAPITULO XVIII

DA CONTABILIDADE DO COFRE

Art. 141.º Terá o hospital um cofre destinado a receber o dinheiro para as despesas a cargo do conselho.

Art. 142.º Este cofre será fechado com quatro chaves, que serão guardadas pelo presidente e vogaes do conselho.

Art. 143.º Quantia alguma entrará ou sairá do cofre, sem ser contada pelos respectivos claviculários, e lançada a sua importancia nas actas das sessões, em um livro chamado do cofre, no qual se declarará tambem d'onde se recebeu, e em que se despendeu.

Art. 144.º Todos os pagamentos, excepto os de despesas miúdas, serão feitos em sessão do conselho, e depois de concluídos se dará balanço ao cofre, e se verificará se o saldo existente combina com o do livro do cofre: sem este exame não poderá fechar-se a sessão.

Art. 145.º Se durante o balanço annual se reconhecer que o cofre tem quebras, será abonado aos claviculários, para os indemnizar, até 1/2 por cento de todas as quantias entradas durante o anno, pelas quaes são responsáveis.

CAPITULO XIX

CONTABILIDADE DAS ROUPAS DOS DOENTES

Art. 146.º Os doentes entrados no hospital entregarão as roupas e objectos que trouxeram, e receberão um bilhete (modelo n.º 13) assignado pelo encarregado da arrecadação, em que declarará quaes são os objectos depositados. O bilhete será registado em livro proprio.

Art. 147.º Os individuos que tiverem alta receberão os objectos relacionados no bilhete n.º 13, que entregarão ao encarregado das arrecadações para lhe servir de documento de descarga.

Art. 148.º Em caso de fallecimento o enfermeiro entregará na repartição da contabilidade o bilhete de que trata o artigo antecedente.

CAPITULO XX

CONTABILIDADE DOS VIVERES

Art. 149.º As papeletas dos doentes, as requisições devidamente approvadas, e os mappas n.º 10, assignados pelos enfermeiros e rubricados pelos facultativos, são os documentos fundametaes da contabilidade de viveres.

Art. 150.º D'estes documentos se extrairá um mappa n.º 17, no qual se mencionará tambem as rações dos empregados, constituindo este

ção por este apresentadas ao chefe do estado maior da marinha, e depois ao commandante do navio. As ordens para outro serviço serão apresentadas á 3.ª direcção do ministerio da marinha e do ultramar.

Art. 188.º O cirurgião mais graduado, e em igualdade de circumstancias o mais antigo, será o primeiro cirurgião, e terá a seu cargo os instrumentos cirurgicos. O menos graduado ou o mais moderno será o encarregado da botica e da preparação dos medicamentos.

Art. 189.º Haverá todos os dias visita de saude a uma hora determinada. Os doentes que precisarem ser abonados pela enfermaria terão baixa; os que podem continuar a comer a ração de bordo serão dispensados do serviço, e se apresentarem á hora da visita para se lhes ordenar o tratamento. O primeiro cirurgião escreverá no caderno da visita os nomes de todos os doentes, o diagnostico, os symptomas mais notaveis e o tratamento.

Art. 190.º O primeiro cirurgião acompanhado pelos seus collegas fará a visita; o segundo fará o curativo.

Art. 191.º Depois da visita o primeiro cirurgião lançará no livro do reccituario o resumo das formulas prescritas no caderno da visita, seguindo quanto possa o formulario do hospital.

Art. 192.º As grandes operações pertencem ao primeiro cirurgião; as operações de pequena cirurgia ao segundo.

Art. 193.º As dietas serão requisitadas pelo primeiro cirurgião, e a agua pelo segundo (modelos n.º 30 e 31).

Art. 194.º Não se conservarão, a bordo, sendo possível, praças inúteis por molestias incuráveis; quando no serviço das estações houver doentes n'estas circumstancias o cirurgião avisará o commandante para que os mande para Lisboa, na primeira oportunidade. Estes doentes serão inspecionados, sempre que for possível, por uma junta de saude.

Art. 195.º O cirurgião indicará nas baixas (modelo n.º 12) dos doentes que mandar para o hospital o nome da molestia, o tratamento feito, as informações que tenha colhido, e que possam concorrer para o seu tratamento.

Art. 196.º No porto de Lisboa, e nos portos nacionaes em que houver estações navas, não serão tratados os doentes a bordo, excepto se as suas doenças forem tão ligeiras que os não impossibilitem de servir. Nos outros portos que sejam nacionaes ou estrangeiros, terão baixa ao hospital somente aquellos doentes que o cirurgião julgar inconveniente tratar a bordo, do que dará parte circumstancia ao conselho no fim da viagem.

Art. 197.º Logo que em qualquer porto se reunirem tres ou mais cirurgiões embarcados, um d'elles estará de serviço para occorrer a qualquer accidente que se dê nas equipagens dos navios.

Art. 198.º O cirurgião acompanhará ao hospital os doentes que tiver tratado a bordo para ali dar conhecimento da marcha da doença de cada um d'elles, e dos remedios que lhes houver applicado. Esta disposição não prejudica o que está ordenado no artigo 195.º

Art. 199.º O cirurgião visitará repetidas vezes o hospital onde estiverem doentes do seu navio, e dará conta ao commandante do estado em que os encontrar.

Art. 200.º O cirurgião inspecionará os individuos que saírem das prisões ou de outros logares suspensos; e proporá ao commandante as medidas que então julgar necessárias.

Art. 201.º Visitará, quando chegarem a bordo, as praças que recolherem com alta do hospital para lhes arbitrar os dias de convalescença, ou a isenção de alguns dos serviços de bordo, se assim for conveniente.

Art. 202.º Tomará nota dos doentes que forem tratados nos hospitais.

Art. 203.º Dará todos os dias ao official immediato um mappa (modelo n.º 32) mencionando as praças que tiverem baixa ou alta, e as que julgar deverem ser dispensadas do serviço. No mesmo mappa dará conta do estado sanitario da equipagem. Depois do navio fundear nos portos, mencionará tambem os doentes que devam ser tratados em terra.

Art. 204.º Indagará se existe a bordo algum germe de doenças contagiosas, ou epidemicas, e proporá ao commandante as medidas necessárias, segundo o clima, e o estado da equipagem, para prevenir essas doenças e destruir a sua origem, se acaso se tiverem manifestado.

Art. 205.º Durante a viagem fará uma vez por semana uma inspecção sanitaria ás praças do seu navio.

Art. 206.º Se nos portos carecer de medicamentos, dietas e outros objectos necessários aos doentes, fará ao commandante a respectiva requisição.

Art. 207.º As representações dos cirurgiões dirigidas ao commandante, ou ao seu immediato, serão sempre escriptas. Uma copia d'estas representações acompanhará o relatório da viagem.

Art. 208.º Logo que se reunirem dois ou mais navios, terá as attribuições, marcadas nos artigos 179.º a 185.º d'este capitulo, o cirurgião mais graduado, e examinará as requisições de medicamentos, appostos e utensilios, antes de as submeter á approvação do commandante.

Art. 209.º Quando o navio fizer provisão de agua, o cirurgião a examinará; e se n'ella reconhecer qualidades nocivas proporá ao commandante a applicação dos meios que a sciencia indica para a melhora.

Art. 210.º No fim de cada commissão o cirurgião mandará ao conselho de saude naval e do ultramar um relatório, organizado segundo foi ordenado em portaria de 15 de outubro de 1856, e remetters tambem o mappa do movimento dos doentes tratados a bordo e nos hospitais, os cadernos ou papeletas de visita, e os livros de reccituario.

Art. 211.º Compete ao cirurgião examinar os vires para fornecimento da guarnição, e assistir á sua inutilização quando forem julgados incapazes do consumo.

Art. 212.º Nos navios, que tiverem mais de um facultativo do guarnição, o serviço marcado nos artigos 199.º, 200.º, 201.º, 202.º e 203.º será feito somente pelo 1.º cirurgião.

Art. 213.º Todos os cirurgiões terão a bordo um exemplar do presente regulamento.

CAPITULO II

ESCALA DO SERVIÇO PARA OS CIRURGIÕES DE DIVISÃO, DE 1.ª E 2.ª CLASSES DA ARMADA

Art. 214.º O serviço dos cirurgiões será regulado por escala, não podendo d'elle isentar-se senão por causa de molestia verificada pelo conselho.

Art. 215.º As commissões de serviço serão divididas em 4 classes:

1.ª Estações de mais de dois annos em paragens em que reinem molestias endemicas ou epidemicas.

2.ª Viagens de longo curso.

3.ª Viagens nos mares da Europa.

4.ª Commissões de serviço no Tejo ou em Lisboa.

§ unico. As estações de menos de dois annos são equiparadas a viagens de longo curso.

Art. 216.º O conselho regulará a escala de serviço pelo numero, qualidade, e tempo de duração das commissões em que os cirurgiões tiverem sido empregados, de modo tal que não possam novamente ser nomeados para commissões identicas, sem que ellas pertençam a todos os cirurgiões da armada,

segundo-se sempre a ordem inversa da tabella do serviço.

Art. 217.º Em igualdade de circumstancias o serviço pertencerá ao mais moderno.

Art. 218.º As commissões de serviço, de qualquer natureza que sejam, não durarão, sendo possível, mais de tres annos.

Art. 219.º O conselho tomará em tempo opportuno as convenientes disposições para que se cumpram os artigos antecedentes.

CAPITULO III

DAS ENFERMIARIAS E BOTICAS A BORDO

Art. 220.º As enfermarias serão estabelecidas a bordo no local mais adequado. Nos navios em que não houver enfermaria será esta collocada no local que for designado pelo cirurgião, ouvido o commandante.

Art. 221.º Objecto algum alheio ao serviço de saude será posto na enfermaria.

Art. 222.º Na cozinha haverá um local e fogão proprio para a preparação das dietas e remedios.

Art. 223.º As camas dos doentes serão feitas em catros suspensos, e cada uma terá a conveniente porção de roupas.

Art. 224.º Todos os navios terão um catre proprio para tratar fracturas de côxa.

Art. 225.º Haverá a bordo a cargo do commissario roupas proprias para uso dos doentes.

Art. 226.º Para cada doente que estiver com baixa á enfermaria ou dispensado do serviço, o cirurgião requisitará ao official immediato uma calça, camisa, capote, barrete e gravata. A roupa do doente será immediatamente substituida pela roupa da enfermaria.

Art. 227.º A enfermaria será conservada no maior acceio, empregando-se para esse fim todos os meios que o cirurgião julgar necessários.

Art. 228.º Em todos os navios em que embarcar cirurgião irá um enfermeiro nomeado pelo conselho.

Art. 229.º Haverá a bordo de cada navio o numero de enfermeiros proporcional á sua lotação.

Art. 230.º Os enfermeiros embarcados em navios surtos no Tejo estarão no hospital da marinha desde as onze horas da manhã até ás tres da tarde, para se exercitarem no cumprimento dos deveres a seu cargo.

Art. 231.º O cirurgião deverá requisitar ao commandante os serventes de que carecer, e que for possível dispensar.

Art. 232.º Quando por augmento consideravel de doentes, ou por outra qualquer causa, o numero dos enfermeiros ou serventes não for sufficiente, pedirá ao commandante para serem empregadas no serviço da enfermaria as praças que julgar mais idoneas, e poderem ser dispensadas de outro serviço.

Art. 233.º Os enfermeiros estarão ás ordens do cirurgião em tudo que disser respeito ao tratamento dos doentes, e não serão empregados em outro serviço sem accordo do cirurgião.

Art. 234.º Os enfermeiros terão a seu cargo: 1.º preparar e administrar as dietas e os medicamentos; 2.º coadjuvar o cirurgião encarregado da botica na preparação d'estes ultimos; e 3.º finalmente, limpar a enfermaria e os doentes, no que serão auxiliados pelos serventes.

Art. 235.º A distribuição dos remedios effectuar-se-ha ás sete horas da manhã, ás tres e sete da tarde; e as dietas, ás oito horas da manhã, á uma e ás cinco horas da tarde, e extraordinariamente quando o cirurgião o ordenar.

Art. 236.º Sempre que for possível, a entrada da enfermaria será vedada a todos os individuos que não forem competentemente autorizados.

Art. 237.º Os objectos que tiverem servido aos doentes serão lavados, fumigados e arejados antes de se guardarem. No caso de molestia de natureza suspeita, julgando conveniente o cirurgião, que estes objectos sejam lançados ao mar, avisará o commandante, e assignará depois o respectivo termo de inutilização.

Art. 238.º Durante a noite, e mesmo de dia na falta de sufficiente claridade, haverá na enfermaria uma luz, e outra na botica, quando o serviço o exigir.

Art. 239.º O cirurgião receberá do commissario do navio, uma vez por semana, a relação das dietas que existirem.

Art. 240.º Em occasião de combate se escolherá o sitio mais abrigado no meio do qual estará uma mesa com todos os objectos necessários ao curativo dos feridos; e se destinarão para o seu transporte os individuos que forem precisos, e poderem ser dispensados.

Art. 241.º Durante o combate os cirurgiões estarão no local destinado ao curativo dos feridos, e não poderão deixa-lo sem ordem do commandante.

Art. 242.º Logo que algum doente estiver em perigo de vida, o cirurgião mandará dar parte ao capellão.

Art. 243.º Quando fallecer algum doente, o 1.º cirurgião prevenirá immediatamente o official de quarto, e indicará a hora em que o cadaver, depois de amortalhado, deve ser lançado ao mar, ou levado a terra para se lhe dar sepultura.

Art. 244.º Um official, nomeado pelo commandante, coadjuvará o cirurgião no emprego dos meios hygienicos, que for necessario adoptar.

CAPITULO IV

DOS CIRURGIÕES DESEMPARADOS

Art. 245.º Os cirurgiões desembarcados dos navios do estado irão todos os dias ao hospital da marinha coadjuvar, no serviço que lhes for destinado, os facultativos de visita, e o cirurgião interno; redigindo observações dos casos clinicos mais importantes, e ajudando-os nas autopsias e nos curativos.

Art. 246.º O conselho porá no hospital, á disposição dos cirurgiões da armada que regressarem de viagem, os jornaes medicos e os livros necessários para que possam collocar-se a par da sciencia. Estes jornaes ou livros não sairão do hospital.

CAPITULO V

DA SUBORDINAÇÃO

Art. 247.º Os cirurgiões embarcados estão ás ordens dos commandantes dos navios, no que diz respeito á disciplina.

Art. 248.º Os cirurgiões desembarcados recebem directamente do conselho as ordens concernentes ao serviço.

Art. 249.º Os cirurgiões menos graduados serão subordinados aos que tiverem maior graduação, e em igualdade de graduação aos mais antigos.

CAPITULO VI

DA CONTABILIDADE A CARGO DOS CIRURGIÕES DA ARMADA

Art. 250.º Os cirurgiões regularão as suas requisições pela tabella n.º 33, accommodando-as ao numero de pessoas que forem a bordo, e ao tempo para que fizerem o fornecimento.

Art. 251.º As requisições, depois de feitas e assignadas pelo 1.º cirurgião e rubricadas pelo commandante, serão submittidas á approvação do conselho.

Art. 252.º Os objectos d'estas requisições serão entregues ao cirurgião encarregado da botica, e lançados em livro proprio; exceptuando os instrumentos cirurgicos, que estarão a cargo do primeiro.

Art. 253.º O conselho fornecerá aos cirurgiões embarcados cadernos ou papeletas de visitas (mo-

delo n.º 34). Estes cadernos ou papeletas, escripturados e rubricados pelos cirurgiões, são os documentos fundamentais da sua contabilidade.

Art. 254.º D'estes diarios clinicos extrairá o cirurgião o abono pharmaceutico que lançará no livro de reccituario. O mesmo praticará com os medicamentos despendidos no curativo, e com os que forem legalmente inutilizados.

Art. 255.º A requisição das dietas, depois de escripta e rubricada pelo cirurgião, será entregue ao official immediato.

Art. 256.º Do livro de reccituario extrairá o cirurgião o encargo da botica a relação mensal dos generos e medicamentos consumidos com os doentes, a qual será rubricada pelo commandante e o 1.º cirurgião.

Art. 257.º Quando houver medicamentos e outros objectos deteriorados, far-se-ha um termo de inutilização que será assignado pelo official immediato, cirurgião e escriptivo.

Art. 258.º De todos estes documentos, e de quaesquer outros que tenham relação com a contabilidade, o cirurgião encarregado da botica organizará um mappa geral da receita e despesa (modelo n.º 35).

Art. 259.º No desarmamento do navio, e quando o conselho ordenar, o cirurgião entregará ao hospital da marinha os medicamentos, instrumentos, appostos e utensilios, do que se fará inventario, e se lhe passará recibo. Este documento, os livros de carga e reccituario, os cadernos de visita, e mais documentos de despesa, serão submittidos ao exame do conselho, que, depois de approvados, enviará os que forem necessários á 3.ª direcção do ministerio da marinha, para ali se fazer o competente ajuste de contas.

Art. 260.º O conselho não abonará a despesa dos medicamentos, e outros objectos a cargo do cirurgião, quando não estiver justificada pelo modo prescripto nos artigos 253.º a 259.º do presente capitulo.

Art. 261.º Os cirurgiões pagarão pelos seus vencimentos o valor dos objectos, cuja despesa lhes não for abonada.

§ unico. No caso de captura do navio ou de naufragio, lhes será abonado o valor dos objectos que faltarem por aquelles motivos.

Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 9 de fevereiro de 1860.—Adriano Mauricio Guilherme Ferreri.

SECRETARIA DA CAMARA DOS DIGNOS PARES DO REINO

A seguinte sessão terá lugar na quarta-feira proxima, 21 do corrente mez, sendo a ordem do dia os trabalhos que as commissões apresentarem.

Secretaria da camara dos dignos pares do reino, em 16 de março de 1860.—Diogo Augusto de Castro Constancio.

CONSELHO ULTRAMARINO

Por espaço de 60 dias, contados da data da publicação do presente annuncio, recebem-se requisições na secretaria do conselho ultramarino para o provimento, por meio de concurso, do lugar de thesoureiro e verificador da alfandega de Mossamedes, na provincia de Angola, com o ordenado de 400,000 réis, e a percentagem de 55,500, afóra os respectivos emolumentos, que são calculados em 50,000 réis, tudo em moeda provincial.

Os que contenderem ser providos no dito emprego deverão exhibir certidão de idade, attestados de bom comportamento moral, civil e religioso, certidão de folha corrida, documentos com que provejam as suas habilitações litterarias, e os empregos que tiverem servido, com certidão de corrente dos de responsabilidade fiscal. Todos os citados documentos deverão ser originaes.

A qualificação dos concorrentes só será feita depois que da mencionada provincia se receberem as informações, e mais documentos relativos ao concurso, que para provimento do dito emprego deve ali tambem ter sido logar em conformidade do decreto de 15 de setembro de 1856, publicado no *Diario do Governo* n.º 223, de 20 do mesmo mez.

Secretaria do conselho ultramarino, em 14 de março de 1860.—João de Robredo, secretario.

EDITAES

O conselho de saude publica do reino faz saber que são considerados limpos os portos de Serra Leoa.

Lisboa, 16 de março de 1860.—O fiscal, Dr. Marcelino Craveiro da Silva.

A junta dos repartidores da contribuição predial do bairro do Rocio pelo anno de 1860 faz saber que até 30 do corrente mez de março receberá os esclarecimentos verbaes e por escripto, que a bem de seus interesses, e com o fim de se proceder á repartição com acerto e justiça, quizerem dar os contribuintes do dito bairro, os quaes pelo presente edital são convidados a dar os mesmos esclarecimentos, devendo satisfazer ao preceito do artigo 124.º do regulamento de 9 de novembro de 1853 aquellas pessoas, que deixaram de possuir algum predio, ou aquellas que os adquiriram, por qualquer titulo, desde que teve logar o encerramento das matrizes.

E para constar se publica e affixa o presente.

Lisboa, 14 de março de 1860.—O administrador presidente, Augusto José Gonçalves Lima.

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA

A mesa da santa casa da misericórdia d'esta cidade, tendo mandado proceder a exame do madeiramento do telhado e do tecto da igreja de S. Roque por peritos competentes, resultando d'esse exame verificar-se que parte do dito madeiramento se acha arruinado, e que não podem continuar a celebrar-se na dita igreja as solemnidades religiosas sem risco de algum desastre ao acontecimento, em quanto não se ultimas as importantes obras indispensaveis, para segurança e reparo dos sobreditos tecto e telhado, deliberou que desde o dia 18 do corrente mez em diante, e até se concluirem as referidas obras, e se fizer novo annuncio, ficasse fechada a mencionada igreja, passando a celebrar-se na igreja do recolhimento das orphãs da mesma santa casa, em S. Pedro de Alcantara, o santo sacrificio da missa, e todas as outras solemnidades religiosas que até agora eram celebradas em a igreja de S. Roque, incluídas as da semana santa, sermões de quaresma, e a exposição do Santissimo Sacramento nos dias em que deveria ter logar na referida igreja de S. Roque, com a unica excepção de duas missas nos dias santificados, que serão celebradas no oratorio do hospital dos expostos para as pessoas que habitam no dito hospital, e no do Amparo, devendo impreterivelmente celebrar-se na igreja de S. Pedro de Alcantara nos referidos dias santificados uma missa ás 7, outra ás 10, e outra ás 12 horas da manhã, precedidas de toque do sino com a anticipação de um quarto de hora. E para conhecimento do publico manda fazer este annuncio.

Lisboa, 15 de março de 1860.

SETIMA DIVISÃO MILITAR

Sua ex.ª o tenente general barão da Mesquita, commandante d'esta divisão, em consequencia das ordens recebidas pelo ministerio da guerra, manda annunciar por este meio que no dia 23 do corrente mez, pelas dez horas da manhã, estará em praça

n'este quartel general o fornecimento de rações de pão para a tropa estacionada no districto da referida divisão, e as forragens para os cavallos dos regimentos de cavallaria desde o 1.º de abril até 30 de junho do presente anno, observando-se as disposições do artigo 44.º do regulamento de 18 de setembro de 1844, portaria de 25 de maio do anno proximo passado, publicada no *Diario do Governo* de 27 do mesmo, n.º 123, e as clausulas e declarações consignadas no contrato do fornecimento actualmente em vigor.

Sua ex.ª o tenente general barão da Mesquita, commandante d'esta divisão militar, em consequencia das ordens recebidas do ministerio da guerra, manda convidar todas as pessoas que pretenderem arrematar o fornecimento de rações de verde no presente anno, para os cavallos dos corpos de cavallaria, existentes na mesma divisão, a comparecerem na secretaria d'este quartel general no dia 24 do corrente, pelas dez horas da manhã, e apresentarem por essa occasião as suas propostas, para entrarem em licitação; na intelligencia de que os arrematantes ficam obrigados a todas as condições estabelecidas a este respeito no regulamento para a organização da fazenda militar, de 18 de setembro de 1844, e a principiarem o fornecimento tanto para os potros, como para os cavallos vellos, nos dias que lhes forem designados pelos respectivos conselhos administrativos.

Quartel general em Estremoz, 9 de março de 1860.—Conde do Bonfim, José, chefe do estado maior da 7.ª divisão militar.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

No dia 21 do corrente, pelo meio dia, na sala das sessões do conselho de administração de marinha, ha de o mesmo conselho contratar em hasta publica o fornecimento de pão e bolacha necessários, pelo tempo que se convencionar, para consumo da armada.

O conselho de administração de marinha ha de proceder em praça publica, na sala das suas sessões, nos dias abaixo mencionados, á compra dos seguintes objectos:

No dia 23 do corrente, pelas onze horas da manhã:

786m,76 de panno azul ferrete ordinario para fardamentos.

316m,2 de panno de lã branco para vivos dos mesmos.

44m,2 de panno encarnado para golas.

297m,16 de panno de mescla para calças.

630m,2 de panno de mescla para capotes.

340m de serafina azul ferrete para forros dos mesmos.

74m,8 de orleães branca para forros de casacos.

600 mantas.

No dia 24, pelo meio dia:

400 pares de botes de diferentes tamanhos.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 14 de março de 1860.—Antonio Joaquim de Castro Gonçalves, secretario.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

Pela administração central do correio de Lisboa se faz publico que sairão, a 20 do corrente, para a Madeira, o brigue *Funchal*; e a 5 de abril, para o Rio de Janeiro, o brigue *Roulin*.

A correspondencia será lançada na caixa geral até aos referidos dias, e na da estação postal do Terceiro do Paço meia hora antes da que ali for annunciada para a mala ser levada a bordo.

Administração central do correio de Lisboa, 16 de março de 1860.—O administrador, Luiz José Botelho Seabra.

CARTAS RETIDAS POR FALTA DE FRANQUIA PARA LISBOA

Duque de Palmella, Duque da Terceira—Estevão Roberto Vergolino—F. M. C. Lami, Faustino Jeronymo de Sousa Gomes—Joaquim Victorino Fernandes, José Joaquim Garcia, José Luiz Ferreira—Manuel Vidal.

Administração central do correio de Lisboa, em 16 de março de 1860.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 16 DE MARÇO

PRESENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

Sendo um quarto depois do meio dia verifica-se, pela chamada, estarem presentes 61 srs. deputados.

O sr. Presidente:—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.º Do sr. Plácido de Abreu, de que, por motivo justificado, não pôde comparecer á sessão de hontem.—*Interrada*.

2.º Do sr. Correia Caldeira, de que o sr. Sá Vargas faltou ás duas ultimas sessões, e faltará talvez a mais algumas, em consequencia de molestia.—*Interrada*.

3.º Do sr. Aragão, de que o sr. Calça e Pina não pôde comparecer á sessão de hoje por incommodo de saude.—*Interrada*.

4.º Do sr. Frederico de Mello, de que o sr. Infante Pessanha não compareceu á sessão de hontem, não comparece á de hoje, e talvez a mais algumas, porque o seu estado de saude lh'o não permite.—*Interrada*.

CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do ministerio do reino, acompanhando dez relações dos cidadãos recensados em diversos concelhos do districto de Bragança, com habéis para serem eleitos deputados ás cortes.—*Para o archivo*.

2.º Do mesmo ministerio, acompanhando, para satisfazer a um requerimento do sr. D. José de Alarcão, um exemplar das consultas geracs dos districtos, relativas ao anno de 1858; e informando que serão remetidas as relativas ao anno de 1859, logo que estejam colligidas.—*Para a secretaria*.

Dá-se expediente pela mesa ao seguinte requerimento:

Tendo-se dado principio aos reparos e concertos indispensaveis para a conservação da igreja do extincto mosteiro de Alcobaca, considerada, como effectivamente é, edificio monumental, paramos ha mezes as obras começadas, sem motivo justificado, ou causa conhecida, ficando a mesma igreja, hoje parochial, em estado de se não poderem celebrar

O governo do reino visinho deve ao hospital da santa casa de Elvas, a quantia de 226:834 *reales vellon*, ou réis 9:648\$725.

Pouparia a camara a larga historia da origem desta divida; diz só que ella data da separação de Olivença, que é uma divida confessada, mandada liquidar e pagar pelo governo por uma real ordem de 2 de julho de 1806, expedida pelo ministerio de graça e justiça ao de fazenda, e até hoje ainda não cumprida.

O hospital é pobre, carece de meios e precisa arrecadar o que lhe é devido. Além d'isso aquelle pio estabelecimento despende uma grande parte de seus pequenos recursos com hespanhos desvalidos, que ali se recolhem todos os annos em grande numero, e são tratados com a mesma caridade, desvelo e interesse, que o são os portuguezes ali recolhidos.

Esta circumstancia, se não dá jus ao hospital a esperar remuneração alguma por parte do reino visinho, dá-lhe certamente o incontestavel direito de esperar como elle, orador, espera, da integridade, rectidão e justiça do governo de sua magestade catholica, o prompto pagamento de divida tão sagrada, pela justiça em que se funda, e sagrada ainda pelos credores em quem recorre que são os pobres. Espera pelos documentos para tornar a pedir a palatra sobre este assumpto.

O sr. *Encarnação Coelho*:—manda para a mesa uma representação e um requerimento, de que se dará conta na seguinte sessão.

O sr. *Rebello Cabral*:—envia para a mesa uma representação da junta de parochia, juiz eleito, e cidadãos da villa de Vellellas, e os das freguezias de Farnalicio, Gonçalvo e Valle de Amoreira, de Verdelhas, Sarzedo, Aldeia do Matto, e Aldeia do Souto, hoje do concelho da Covilhã, districto de Castello Branco, e out'ora do concelho da mesua villa de Vellellas, pedindo a reconstrução do seu concelho.

O sr. *Henriques Secco*:—não estando presente o sr. ministro da fazenda, desejava que ao menos estivesse presente outro qualquer dos srs. ministros, para poder ouvir o que tem a ponderar; mas apesar d'isso, como as suas reflexões hão de ser lidas no *Diário de Lisboa*, por elle melhor poderão conhecer ss. ex.^{as} o alcance da seguinte nota de interpegação:

«Desejo interpellar s. ex.^a o sr. ministro dos negocios da fazenda, sobre a venda do chamado cerco do Carmo, sito na rua da Sophia, que deve ter entrada independente pela azinhaga do Carmo, annunciada no *Diário de Lisboa* de hontem, para o dia 23 de abril futuro. —Henriques Secco.»

Continuando: foi levado a apresentar esta nota, em consequencia do que ultimamente leu no *Diário de Lisboa*, annunciando a venda do cerco do Carmo, na azinhaga do mesmo nome, perpendicular á rua da Sophia, em Coimbra; annuncio que ainda agora reputa uma inadverencia da parte da secretaria respectiva; e se assim não fôr, o procedimento do governo seria ao mesmo tempo uma illegalidade, um negocio de verdadeira perda para a fazenda, e tambem uma indesejavel falta de previdencia em administração.

Tendo sido o edificio do collegio do Carmo doado á veneravel ordem teiorica de S. Francisco, por uma lei de maio de 1843, se bem se lembra, persuade-se de que a doação se comprehendeu tanto o edificio urbano, como a parte rustica d'elle; e sendo assim, a propriedade do cerco annunciada á venda, é, de direito, da respeitavel ordem a que se refere, e de que não pôde ser esbulhada por um simples acto do governo; tendo-se em vista que o fim da doação foi não só o estabelecimento da ordem no edificio de que se trata, mas tambem a fundação de um hospital dos irmãos, a que a corporação tem provido, tanto quanto pôde, e é necessario attender tambem a que no mesmo edificio está estabelecido o asylo de mendicidade; e por isso não vê razão para que se venda uma parcella, ou no todo, o collegio do Carmo e sua cerca.

Viu depois que o preço por que o cerco á á praça, era o de 200\$000 réis; mas quando na licitação da hasta publica produziu-se o duplo ou quadruplo, e de certo não produzirá muito mais, maior será o desfalque que vai causar no valor do collegio todo, que de certo não fica valendo metade sem o cerco, e por isso a perda para a fazenda é certa na annunciada e irregular venda.

Por ultimo lembra que estabelecido o cemiterio publico na quinta da Chonhada, convem abrir para ali novas vias de communicação, alem da já feita desde a Ponte Nova, quasi a meia encosta de Mont'arrio; e o novo caminho será de certo pela azinhaga que passa entre os dois edificios do Carmo e de S. Bernardo, a qual é necessario alargar e alinhar á custa do cerco de que se trata. Por consequencia, vendido hoje por 200\$000 réis, seria uma notavel imprevidencia, porque passado mais algum tempo terá de se haver pelo triplo ou mais do valor o que se cede agora por tão pouco.

Remette pois para a mesa a nota de interpegação que acompanhara d'estas considerações, porque se persuade de que o sr. ministro da fazenda, lendo-as e compenetrando-se da procedencia d'ellas, mandará retirar da praça o cerco a que se allude, evitando assim que tenha de verificar a sua interpegação.

Da interpegação manda-se fazer a communicação respectiva.

Os srs. Carlos Bento, Francisco Costa, Santos Lessa, Plácido de Abreu e Telles de Vasconcellos mandam para a mesa requerimentos, pedindo esclarecimentos ao governo, dos quaes se dará conta na seguinte sessão.

E os srs. Moraes Soares, J. A. Maia e Telles de Vasconcellos mandam para a mesa projectos de lei, que ficam para segunda leitura.

PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA

CONTINUA A DISCUSSÃO DO PROJECTO N.º 12 SOBRE CEREAES.

Entra em discussão o artigo 2.º

O sr. *Carlos Bento* (sobre a ordem):—manda para a mesa uma proposta, modificando uma disposição da pauta em relação aos direitos de importação sobre o gado vacum. Esta alteração na pauta foi já proposta pelo governo de que fez parte, em novembro de 1858, e julga que na occasião em que o governo reconhece que a escassez de generos cereaes impõe a necessidade de decretar a sua livre entrada, não pôde tambem deixar de reconhecer que a respeito de um alimento de tanta importância, é de somma conveniencia tomar igualmente alguma disposição; tanto mais quanto é certo que entre nós a industria da criação do gado tem progredido, não pelos direitos existentes, que não dão ao estado nemhumas das vantagens dos direitos fiscaes, mas porque a diminuição dos direitos de importação de gado n'outra nação, tem permitido uma grande exportação todos os annos pelas provincias do norte.

Não tem duvida em apresentar esta proposta n'esta occasião, e espera que seja approvada, por isso mesmo que sendo elle, orador, ministro, e discutindo-se na camara uma proposta do governo tambem para a admissão de cereaes, um dos srs. actuaes ministros da coroa, então membro da opposição, apresentará uma proposta para a extincção dos direitos do arroz.

Parece-lhe pois que por analogia, e por ser esta a occasião propria, a camara não duvidará aceitar o seu artigo adicional que é o seguinte:

«Fica reduzido o direito de importação de 1\$500

réis por cabeça, marcado na pauta geral das alfandegas para o gado vacum, a 500 réis por cabeça do mesmo gado. —O deputado, *Carlos Bento da Silva*—*Antonio José de Avila*.»

É admittida á discussão.

O sr. *Thomás de Carvalho*:—propõe que seja remittido á commissão competente, e sem prejuizo da discussão do projecto de cereaes, o novo artigo apresentado pelo sr. Carlos Bento sobre a diminuição de direitos de importação do cereal boi (*riso*), e n'este sentido manda para a mesa o seguinte requerimento.

«Requeiro que o artigo enviado para a mesa, sobre o direito do gado, seja enviado á commissão respectiva sem prejuizo da discussão. —*Thomás de Carvalho*.»

O sr. *Presidente*:—Achoando-se nos corredores um sr. deputado, convida os srs. vice-secretarios a introduzi-lo na sala.

Entra na camara o sr. José Luiz Alves Feijó e presta juramento.

O sr. *Ministro da fazenda* (Casal Ribeiro):—julga que o sr. deputado Carlos Bento não pôde ter duvida em que o seu artigo adicional faça objecto de um projecto em separado, porque se não trata agora da reforma da pauta, mas unicamente de uma lei para a admissão temporaria de certos generos cereaes, em quanto a sua proposta se refere a uma alteração permanente em relação a outro genero.

Aproveita a occasião para chamar a attenção da camara sobre outro assumpto que tem relação com o projecto em discussão.

O governo apresentou á camara uma proposta para a admissão livre, até certo periodo, de todos os generos cereaes, fossem em grão ou farinha. A commissão entendeu dever restringir a admissão ao trigo e centeio, excluindo a farinha, cevada e milho.

O governo, no uso das suas attribuições marcadas no decreto de 27 de dezembro de 1852, tinha decretado a faculdade do deposito até 31 de março para os diversos generos cereaes, fossem em grão ou em farinha. As quantidades em deposito, tanto de cevada como de farinha, são muito pequenas; segundo as informações, existem em deposito apenas 1:100 moios de cevada, e proximoamente 2:000 arrobas de farinha. A camara já resolveu que se admittisse o centeio e trigo em grão, e não admittiu a cevada e farinha, entretanto crê que tudo se pôde combinar com as vantagens do commercio. É certo que o commercio não tem direito algum a que lhe seja permittida a admissão d'este genero em deposito; ha de reexporta-lo se a camara não permittir a admissão, porque foi n'essa condição que fizeram o deposito; entretanto crê que não haveria inconveniente em que a commissão considerasse ainda este assumpto só em relação aos generos depositados. N'este sentido propõe que o resto do projecto volte á commissão, para apresentar o seu parecer com urgencia.

O sr. *Mello Soares*:—pede que a mesa informe, se se approvou ou não antes d'hontem uma proposta do sr. Affonseca em que propunha a admissão das farinhas.

(Leu-se na mesa a parte da acta, d'onde consta que a proposta do sr. Affonseca para a admissão das farinhas não foi approvada.)

Leu-se na mesa a seguinte proposta:

«Propoño que os artigos 2.º e 3.º do projecto voltem á commissão. —*Casal Ribeiro*.»

Considerada como adiamento, é apoiada e entra em discussão.

O sr. *Carlos Bento*:—não comprehende bem as razões que existem para que se adie um assumpto a respeito do qual se podem e devem dar todas as razões para que seja tomado em consideração; a proposta original do governo versava sobre a admissão de cereaes em grão e farinha; o sr. ministro respectivo concordou com as razões da commissão para que se suprimisse da proposta a admissão de cevada e farinha; parece que, se havia motivo para algum adiamento, era para se esperar pelo sr. ministro do commercio e industria, porque elle daria as razões pelas quaes julgou não dever insistir em algum dos pontos da proposta. Não quer com isto dizer que o governo não possa vir dar razões pelas quaes se possa adoptar a sua nova proposta, com quanto parecesse não haver n'isto muita coherencia, mas acima da coherencia está a necessidade de attender ás circumstancias do paiz.

Concorda em que a sua proposta para a diminuição dos direitos de importação dos bois vá á commissão, mas parece-lhe que ella não dava motivo a excitar o estro epigrammatico de qualquer deputado, quando se trata de uma questão de subsistencias alimenticias. Não haveria nada mais risivel do que um deputado confundir o gado com os cereaes, entretanto havia muito quem dissesse que não ha agricultura sem gado, e sendo assim entre os bois e cereaes ha a relação que existe entre o effeito e a causa.

O sr. *José Estevo*:—visto que o illustre deputado o sr. Carlos Bento, não obstante a feliz conjuncção que achou para apresentar uma proposta para ser reformada a pauta, com o fim de diminuir o direito respectivo ao gado vacum, concordou em que esta proposta vá á commissão; por isso requer, para simplificar a discussão, que se vote já sobre a remessa da proposta do sr. Carlos Bento á commissão.

O sr. *Ministro da fazenda* (Casal Ribeiro):—não suppunha que a proposta, que mandára para a mesa levantasse tanta discussão. O seu intento foi, que não tendo a camara nem a commissão considerado a hypothese a que alludira, quando apresentou a proposta, parecia-lhe que se poderia agora considerar. Entretanto como é urgente que a lei que está em discussão se vote quanto antes, e como o ponto, a que pretendia que se attendesse, pôde ser attendido n'outra occasião, e sob proposta de lei especial, pede licença para retirar a proposta que apresentou, reservando-se o governo, se for necessario, a trazer uma proposta de lei á camara, para attender ao caso a que alludiu (*apoiados*).

A camara permite que se retire a proposta, terminando d'esto modo a questão de adiamento.

Resolve-se em seguida que o artigo adicional do sr. Carlos Bento seja remittido á commissão respectiva, sem prejuizo da discussão do projecto n.º 12.

O sr. *Presidente*:—continua a discussão do artigo 2.º do projecto.

O sr. *Dias de Azevedo*:—é notavel o que se tem passado, e isso prova realmente, não diz pouca consideração, mas o pouco respeito que ha pela unica industria util e conveniente ao paiz. Parece incrível que querendo-se mostrar que é indispensavel a admissão dos cereaes para consumo, receiando-se até uma crise alimenticia, se deixe ao mesmo tempo correr a discussão de uma maneira que não dá honra nem gloria.

Está votado o artigo 1.º e seus §§: respeita a decisão da camara como se já fôr a lei do estado, e por isso contra elle não diz.

Não quer deixar o governo desarmado da autorisação necessaria para occorrer á alimentação do povo; deseja o pão barato, mas que seja barato em proporção com os jornaes e despesas de custeio que os lavradores fazem nas suas terras, porque no momento em que os lavradores gastarem mais do que aquillo que a terra lhes dá, não a podem cultivar; e não a podendo cultivar, o povo soffre com isso.

Em quanto os jornaes estiverem tão elevados co-

mo estão, não pôde o lavrador vender o pão mais barato do que o vende.

Não quer pôr peias ao governo, mas quer desviar de sobre todos um receio que se apouos dos lavradores, os quaes entre nós não são negociantes, como pareceu querer inculcar-se; e deve respeitar-se tanto o lavrador que amanha as suas proprias terras, como aquelle que amanha as que traz de renda: tanto o grande lavrador como o pequeno, devem ser respeitados e attendidos, para tirar certos reccios de que elles estão possuidos; é preciso que n'este assumpto haja toda a publicidade, para que elles saibam tudo quanto se passa a tal respeito, e por isso tem de mandar para a mesa uma proposta, que se for approvada, ficará sendo o artigo 2.º do projecto, e tem por fim que o governo faça publicar semanalmente no *Diário de Lisboa*, a quantidade e qualidade dos cereaes estrangeiros admittidos a consumo em cada semana finda. Isto não prejudica o systema nem a base do projecto, e ao mesmo tempo dá certa vantagem aos proprietarios e aos lavradores, quanto ao consumo nos tres mezes d'aquí até ás novas colheitas, porque d'este modo tem uma base para calcular o consumo mensal do paiz; e não vendo desvantagem alguma na adopção d'esta sua proposta, espera que a camara a approvára.

Apresenta tambem uma emenda ao artigo 2.º do projecto, para que em lugar de se dizer: «o governo dará conta ás cortes» se diga, «o governo dará conta ás cortes na proxima sessão, do uso que fizer da autorisação concedida por esta lei». Parece-lhe ser muito mais conveniente que se defina a epocha em que o governo deve dar conta, do que marcar-se um prazo indefinido.

Manda pois para a mesa os seguintes artigos adicionales:

Artigo 2.º O governo fará publicar no *Diário de Lisboa* semanalmente, a quantidade e qualidade de cereaes estrangeiros admittidos a consumo na semana anterior.

Art. 3.º O governo dará conta ás cortes, na proxima sessão, do uso que fizer da autorisação concedida por esta lei.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrario. —*A. D. de Azevedo*.

São admittidos, e ficam tambem em discussão.

O sr. *Ministro das obras publicas* (Antonio de Serpa):—o governo não tem duvida alguma em adoptar as duas propostas apresentadas pelo illustre deputado, e pôde até dizer em quanto á primeira, que independentemente de ir essa disposição na lei, o governo fará a publicação que ali se pede, e que já se está fazendo em geral; e o governo não tem duvida em a mandar fazer separadamente em quanto aos cereaes estrangeiros. E em quanto á segunda proposta, o governo fencionava dar conta ás cortes logo na primeira sessão, e assim o praticou com referencia á ultima autorisação, da qual já deu conta, dizendo quaes foram os decretos que se publicaram, e deu conhecimento de tudo quanto houve sobre este objecto.

Achando-se nos corredores o sr. Polido, é introduzido na sala com as formalidades do costume, presta juramento e toma assento.

O sr. *Aragão*:—a commissão não iria tão longe como foi o sr. ministro, aceitando as duas propostas do sr. Dias de Azevedo, porque a primeira pede o que já se está fazendo, e a segunda é inutil, porque entendo-se que a conta é dada ás cortes que se reúnem depois do uso que o governo tiver feito da autorisação concedida; mas, como o sr. ministro accetou as propostas, a commissão accetou tambem, e já que tinha alcançado agora a palavra, a qual pedira tanto na discussão da generalidade como na da especialidade, dirá duas palavras como explicação por ter assignado o parecer sem declaração.

Elle, orador, e mais alguns membros da commissão, sustentaram que a autorisação pedida pelo governo devia soffrer algumas modificações no sentido de ser limitada a quantidade; sustentou este ponto com todas as suas forças, até que o sr. ministro das obras publicas foi á commissão e deu explicações, em vista das quaes elle e os seus collegas tiveram tanta consciencia, e ficaram tão certos e persuadidos de que s. ex.^a não havia de usar da autorisação ampla que se lhe concedia, senão de um modo pratico e restrito, que não prejudicasse, em cousa alguma, os interesses da agricultura; e ficou, assim como os seus collegas, tão desancado a este respeito, que não teve duvida em assignar o parecer que foi apresentado. Confiava na declaração feita por s. ex.^a, não só como individuo, mas como ministro, e está certissimo de que será mantida a sua declaração, e que da autorisação se fará uso sem prejuizo dos interesses agricolas.

O sr. *Alves Martins*:—votou contra o artigo 1.º e seus §§, porque entende que a autorisação deve ser concedida, marcando-se aos cereaes um direito fiscal.

Pergunta ao sr. ministro das obras publicas se o decreto de 10 de dezembro de 1859, que admittiu a deposito os cereaes estrangeiros, está dentro dos limites da lei, ou se carece de um *bill* de indemnidade, como precisou o sr. ministro da fazenda em quanto ao decreto que regulou a circulação da moeda?

Tambem deseja saber, como é que s. ex.^a entende a disposição da lei—dá conta ás cortes? É simplesmente mandar o respectivo diploma á camara, ou é para ser remittido á respectiva commissão para examinar se o governo, exorbitou ou não no uso da autorisação concedida? Deseja saber isto para que se fique entendendo qual é a regra parlamentar a seguir n'este ponto. Em quanto ao mais já está discutido; e em quanto á proposta que o sr. ministro da fazenda fez, e depois retirou em presenca da demonstração da camara, espera que essa proposta voltará debaixo de outra forma, que terá de alterar-se, segundo as exigencias que se fizerem.

O sr. *Ministro das obras publicas* (Antonio de Serpa):—o governo esteve dentro da lei, á vista do decreto de 17 de dezembro, que o autorizou a alterar as disposições que regulam nas alfandegas, excepto os direitos; e como não se alteraram os direitos, mas apenas se admittiu o deposito, entende que esteve dentro da orbita das suas attribuições e não carece de *bill* de indemnidade.

O governo entende, por dar contas ás cortes, o que todos têm entendido, isto é, fazer um relatório, apresenta-lo á camara, e ser remittido a uma commissão que, se julgar que ha motivo para um projecto ou para um parecer, o apresenta. Foi isto o que o governo fez (*apoiados*).

Pelo que respeita ás exigencias, a que se referiu o illustre deputado, assevera que não as ha, não as pôde haver, e quando as houver o governo não se sujeita a ellas. (O sr. *Alves Martins*:—euerei mais explicito em occasião oportuna.)

O sr. *Ministro da fazenda* (Casal Ribeiro):—não tem a acrescentar cousa nenhuma a que disse o seu collega: em resposta ao sr. deputado, pelo que toca á legalidade do procedimento do governo, em quanto ao passado, e em quanto ao futuro, ha de proceder dando conta ás cortes.

Se o illustre deputado tem alguma cousa que dizer, diga-a já, e provoca-o a que a diga. Os homens que estão sentados nas cadeiras do ministerio não têm receio de que se examinem os seus actos, e hão de sempre apresentar-se com a cara descoberta (*apoiados*); não aceitam exigencias de ninguém, e repellam toda a insinuação offensiva; podem chamar a attenção da camara para um ponto

que julguem que o merece, mas não lhe impõem a sua vontade (*apoiados*), nem fazem questão ministerial de pontos e virgulas; deixam que os negocios sejam votados com conhecimento de causa.

Se o illustre deputado tem alguma cousa a dizer, pôde dizê-la desde já.

A requerimento do sr. José Estevo julga-se a materia discutida.

Submettido á votação o artigo 2.º do projecto, é approvado; e seguidamente são approvados os artigos adicionales do sr. Dias de Azevedo, para serem collocados no logar competente do projecto.

O artigo 3.º é approvado.

O sr. *Couto Monteiro* (sobre a ordem):—participa achar-se installada a commissão de administração publica, tendo nomado para presidente o sr. Moraes Carvalho, para secretario elle participante, e reservando-se para nomar relatores especiaes para cada um dos negocios que lhe forem committidos.

SEGUNDA PARTE DA ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO DO PROJECTO DE LEI N.º 13

É o seguinte:

Artigo 1.º É approvado, na parte que depende da sancção legislativa, o contrato celebrado em 14 de setembro de 1859, entre o governo e D. José de Salamanca, para a construção dos caminhos de ferro de Lisboa ao Porto e á fronteira de Hespanha, o qual contrato vae junto á presente lei e d'ella faz parte.

§ 1.º É o governo autorisado a alterar, de accordo com a empresa, o artigo 44.º do mencionado contrato:

1.º Na parte em que determina que os preços hoje em vigor no caminho de ferro de leste fiquem estabelecidos como maximos até á conclusão do mesmo caminho, podendo estabelecer-se desde já o que dispõe o § 4.º do mesmo artigo, para o caso da conclusão da linha até á fronteira.

2.º No disposto no § 6.º do mencionado artigo 44.º, substituindo as palavras «o producto bruto total do ultimo anno» pelos seguintes termos «o producto bruto das tarifas recebido pela empresa no ultimo anno, feita a deducção dos gastos materiaes da exploração».

§ 2.º É tambem o governo autorisado, logo que a empresa se tenha constituído em companhia ou sociedade, que, no juizo do mesmo governo, dê segurança completa da execução d'este contrato, a accordar com a mesma empresa nas seguintes condições:

1.º A largura do caminho de ferro sobre o terrelleno será de 9^m nos attornos, e de 8^m,50 nas trincheiras e terrenos de rocha para duas vias, e de 5^m,40 nos attornos, e de 4^m,90 nas trincheiras e terrenos de rocha para uma via.

2.º A abertura dos subterraneos será pelo menos de 7^m,80 entre os pés direitos da abobada. A altura desde o nivel dos carris até ao intradorso da abobada, de revestimento, contada sobre o eixo de qualquer das vias, será de 5^m.

3.º A largura entre os parapeitos das pontes será de 3^m.

4.º Se a empresa julgar conveniente augmentar ainda as dimensões precedentes ou qualquer outra das que se acham estipuladas no contrato, poderá fazê-lo, de accordo com o governo, sem direito a subsidio ou indemnisação pelo excesso de despeza que de ali provenha.

5.º O peso dos carris será pelo menos de 35 kilogrammas por metro corrente no primeiro assentamento da via.

6.º A empresa terá a faculdade de adiar a execução dos movimentos de terra para a segunda via, no caminho de leste, para a epocha em que o producto bruto annual for de 4:500\$000 réis por kilometro, e no caminho do norte para quando o mesmo producto for de 5:400\$000 réis. Se a empresa, quando chegarem as epochas acima mencionadas, não executar esta condição, poderá o governo mandar proceder aos trabalhos, e fazer-lhes executar por conta da mesma empresa.

7.º O caminho de ferro de leste e o do norte até á margem esquerda do Douro estarão concluidos, e promptos para serem entregues á circulação, o primeiro dentro de dois annos e meio, e o segundo dentro de tres annos, a contar da approvação do contrato pelas cortes, devendo o do norte estar completo até á margem direita do Douro, na cidade do Porto, dentro de quatro annos, a contar da mesma epocha.

8.º Se em cada uma das epochas acima mencionadas não estiver concluido qualquer dos caminhos, a empresa será obrigada a executar então os movimentos de terra para a segunda via, tendo o governo o direito de os fazer executar, no caso em que ella se recuse a cumprir esta condição.

9.º O governo terá o direito de fiscalisar os trabalhos para o fim de que elles tenham igual desenvolvimento nas linhas do norte e de leste, devendo em todo o caso estar concluidos e completos na linha do norte um numero de kilometros nunca inferior ao dos kilometros construidos na continução da linha de leste, um anno depois da approvação do contrato pelas cortes.

Art. 2.º O governo poderá applicar ao pagamento dos encargos resultantes do contrato approvado pelo artigo 1.º d'esta lei, e até que as cortes providenciarem definitivamente sobre o modo de occorrer aos mesmos encargos, a parte que for necessaria do producto dos titulos de divida fundada externa, já emitidos em virtude das autorisações concedidas ao governo pelos artigos 4.º e 6.º da lei de 4 de junho de 1857, e artigo 2.º da lei de 5 de março de 1858, e bem assim dos que ainda possam ser emitidos dentro dos limites fixados na obrigação geral approvada por decreto de 22 de junho de 1859.

§ unico. O encargo que resultar para o thesouro das operações autorisadas n'este artigo não será superior ao juro dos bonds correspondentes, segundo o preço que tiverem no mercado quando se effectuarem a transacção, adicionando 1/2 por cento á importancia do mesmo juro.

Art. 3.º O governo dará conta ás cortes, em cada sessão legislativa, do estado da construção das linhas ferreas concedidas pela presente lei, do modo como o contrato tiver sido executado, e do uso que houver feito da autorisação concedida pelo artigo 2.º d'esta lei.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrario.

Sala das commissões de fazenda e obras publicas, em 5 de março de 1860. —*Antonio José de Avila* (com declarações)—*José Estevo Coelho de Magalhães*—*Joaquim Gonçalves Mamede*—*Thomás de Carvalho*—*Rodrigo Nogueira Soares Vieira*—*Joaquim Thomás Lobo de Avila* (com declarações)—*Justino Antonio de Freitas*—*Antonio Rodrigues Sampaio*—*Augusto Xavier Palmeirim*—*Augusto Xavier da Silva* (vencido nos §§ do artigo 1.º, e com declaração no artigo 2.º)—*Thiago Augusto Vellozo da Horta* (com declarações)—*Antonio de Carvalho Coutinho de Vasconcellos*—*Carlos Cyrillo Machado*—*Hermenegildo Gomes da Palma*—*Fernando Luiz Mouzinho de Albuquerque*—*Francisco José da Costa Lobo*—*José Maria da Ponte e Horta*, relator.

O sr. *José Horta*:—sobre a ordem e por parte das commissões, manda para a mesa a seguinte substituição aos artigos 2.º e 3.º do projecto.

SUBSTITUIÇÃO AOS ARTIGOS 2.º E 3.º DO PROJECTO DE LEI

As commissões de fazenda e de obras publicas reunidas propõem á camara, de accordo com o go-

verno, as seguintes substituições aos artigos 2.º e 3.º do projecto de lei n.º 13.

Artigo 2.º O governo applicará ao pagamento dos encargos resultantes do contrato, approvado pelo artigo 1.º d'esta lei, o producto dos titulos de divida fundada externa, já emitidos em virtude das autorisações concedidas ao governo pelos artigos 4.º e 6.º da lei de 4 de junho de 1857 e artigo 2.º da lei de 5 de março de 1858, e bem assim dos que ainda possam ser emitidos dentro dos limites fixados na obrigação geral approvada por decreto de 22 de junho de 1859, salvas quaesquer outras applicações legais dos mesmos titulos.

Art. 3.º Para continuar e completar o pagamento dos encargos do mesmo contrato é o governo autorisado a fazer crear e emitir pela junta do credito publico os titulos de divida fundada interna ou externa que forem necessarios.

§ unico. A proporção que forem emitidos os titulos, o governo dotará a junta do credito publico com as consignações correspondentes aos seus juros.

Art. 4.º O governo realisará, pelos meios mais convenientes, as sommas que forem necessarias para a applicação determinada nos artigos 2.º e 3.º, podendo para este fim vender ou empenhar os titulos de que tratam os mesmos artigos, com tanto que o encargo annual das operações não exceda a 1/2 por cento sobre o juro real, que corresponder aos titulos, segundo o preço que tiverem no mercado nas epochas em que as mesmas operações forem effectuadas.

Art. 5.º O governo dará conta ás cortes, em cada sessão legislativa, do estado da construção das linhas ferreas concedidas pela presente lei, do modo como o contrato tiver sido executado, e do uso que houver feito das autorisações concedidas pelos artigos 2.º, 3.º e 4.º d'esta lei.

Sala das commissões de fazenda e de obras publicas reunidas, em 4 de março de 1860. —*Antonio José de Avila*—*Thomás de Carvalho*—*Rodrigo Nogueira Soares Vieira*—*Augusto Xavier Palmeirim*—*Francisco José da Costa Lobo*—*Hermenegildo Gomes da Palma*—*Antonio de Carvalho Coutinho de Vasconcellos*—*Antonio Rodrigues Sampaio*—*Augusto Xavier da Silva*—*Fernando Luiz Mouzinho de Albuquerque*—*Joaquim Thomás Lobo de Avila*—*José Estevo Coelho de Magalhães*—*Joaquim Gonçalves Mamede*—*Thiago Augusto Vellozo da Horta*—*Carlos Cyrillo Machado*—*Justino Antonio de Freitas*—*José Maria da Ponte e Horta*, relator.

O sr. *Presidente*:—Fica tambem em discussão o projecto.

O sr. *Carlos Bento*:—Pede que se imprima no *Diário de Lisboa* de amanhã.

O sr. *Presidente*:—Não ha duvida n'isso.

O sr. *Lobo de Avila*:—Antes de entrar propriamente na materia devei dizer algumas palavras a respeito de um incidente que se passou na camara, quando pediu alguns documentos relativos a esta questão.

Disse então que se tinham lido á commissão alguns documentos a respeito da nova face que a questão apresentou, e que lhe parecia de utilidade para a camara e para o publico, que elles fossem apresentados, a fim de esclarecer o assumpto. Respondendo-se-lhe que aquelles documentos eram cartas particulares. Tem pois a declarar que quando os viu nunca se persuadiu de que fossem cartas particulares, porque vinham em papel com grande formato; não os teve na mão, mas viu-os ler ao sr. ministro das obras publicas perante as commissões reunidas; e pareceu-lhe que um d'elles era um officio dirigido a s. ex.^a e assignado pelo sr. D. José Salamanca.

Ora não o vendo depois publicado com os outros documentos, entendeu que era necessaria a sua publicação para esclarecer a questão, porque n'esse officio se fazia referencia a diversas alterações, das quaes umas foram adoptadas e outras não; e porque não considerou, nem lhe parece que se possa considerar, como negocio particular o que se refere a esta importante questão submettida á discussão do parlamento.

que ali escreveu, incluindo as alterações e as compensações que se deviam exigir em troca; deram-se algumas instruções, e em seguida s. ex.ª retirou a proposta, e disse que então se executava o contrato como estava, com as duas alterações.

Depois d'isto, suscitou-se questão sobre se seria conveniente da parte das comissões levantar outra vez a mesma questão das alterações; trataram as comissões por intermédio do sr. ministro, que se offereceu para isso, com o concessionário, e depois de vir a um accordo sobre essas alterações apresentou-se á camara o parecer.

Foi esta exactamente a marcha que se seguiu.

O sr. ministro prestou-se a ser intermediário; redigiu uma especie de instruções a lapis, n'um papel, das alterações que se poderiam admitir, e das compensações que se exigiam; e foi o portador d'estas instruções. Em resposta a esta comunicação que se fez ao concessionário, veio o sr. ministro munido dos dois papeis a que elle, orador, se referiu um d'estes dias, e em um d'elles tratava-se de tres questões importantes, da garantia da formação de uma companhia; da deducção do preço dos movimentos de terra para o caso da remissão, quando o concessionário fosse dispensado de os fazer; e da segurança de que se faria ao mesmo tempo o caminho de ferro de leste e do norte. Em referenda á garantia da formação da companhia, manifestava-se no papel uma certa reluctancia da parte do concessionário, dizendo que era inconveniente dá-la; e depois vê que se chegou a um accordo sobre essa garantia, e declara que dizia não aceitar a remissão de modo nenhum, porque isso afastava os capitalistas.

Ora, era exactamente este documento, que elle, orador, desejava ver, porque se refere á tão importante questão, e á face nova que se tratou nas comissões.

Parece-lhe isto uma cousa completamente desusada, fóra dos estylos parlamentares e irregular. Pois o que tinha a camara decidido? Que o contrato e o projecto de lei, que lhe dizia respeito, fossem enviados ás comissões para darem o seu parecer sobre elles (apoiados); e não que as comissões fossem encarregadas de contrahir com o concessionário (apoiados). Se o sr. ministro entendia que essas alterações eram indispensaveis, devia ter vindo á camara p...-las; a camara tomaria conhecimento d'ellas, e mandava-las ás comissões, para darem o seu parecer sobre ellas. Isto é que era o regular, e com tudo não foi o que se fez.

Aqui ha uma questão politica e de moralidade. Agora s'ê de moda tratar das questões de interesse material; elle, orador, não quer pôr de parte as questões de melhoramentos publicos, que tanto devem influir na nossa prosperidade; mas quer que não se ponham de parte os principios politicos e a moral.

Fallando com franqueza, o que fez o governo? Não teve a coragem de vir enunciar as alterações á camara para não incorrer na responsabilidade; foi ás comissões e ali não quiz tomar a responsabilidade da iniciativa, ao principio; escripto o parecer das comissões, decidiu-se s. ex.ª a ir tratar, e depois é que disse: uso da iniciativa e tomo a responsabilidade.

Elle, orador, não pôde approvar a marcha que tem seguido este infeliz negocio; e quando vê que o governo é o primeiro a desconfiar da utilidade das alterações, não pôde deixar de desconfiar tambem d'ellas.

O que se pôde dizer a respeito d'este negocio, pelo modo porque tem sido encaminhado, é que se fez um concurso em condições taes que afastou a concorrência, e que depois fizeram-se alterações para tornar o contrato mais vantajoso ao concessionário, não é partidário absoluto do principio da concorrência, ou do principio de contrahir directamente, mas uma vez adoptado o principio do concurso, quer que elle se siga com sinceridade e verdade.

O que aconteceu com o contrato Petto? Este contrato foi feito directamente, e depois directamente se fizeram algumas alterações: trouxeram-se á camara e não foram approvadas, dizendo-se então que estava experimentando que o contrato directo dava resultados infructuosos, e que era necessario recorrer ao principio do concurso. Pois então, adoptado este principio devia adoptar-se com sinceridade: não quer dizer que se não façam caminhos de ferro senão por concurso; quer dizer que uma vez que se adopte o systema do concurso, deve admitir-se esse principio com toda a franqueza e sinceridade.

Mas este principio, depois de adoptado, não pôde deixar de dizer que foi violado! O sr. ministro das obras publicas no seu relatório, adoptando as conclusões que a comissão fez no seu parecer á camara transacta, disse que considerava o concurso um dever moral: se o governo o considerava um dever moral, o que se segue é que violou esse dever.

Talvez se o governo, na occasião em que caiu o contrato Petto, tivesse vindo pedir á camara authorisação para contrahir directamente, sobre certas bases fixas, l'ha tivesse concedido, porque reputa talvez preferível tratar directamente com tres ou quatro capitalistas respeitaveis e idóneos, e com condições uteis e vantajosas para o paiz, do que com os concursos imaginados, em que depois de se ter afastado a concorrência se fazem novas alterações, para se tornar para o concessionário o contrato mais vantajoso.

Na occasião em que se tratou do contrato provisorio, foi consultado o conselho de obras publicas com toda a urgencia, mas apesar da pressa e urgencia com que se mandou ouvir, vê-se que o conselho fez diversos reparos que foram aproveitados em grande parte, não sendo aproveitada a idéa, que mais tarde veio a se-lhe pela camara, de se exigir a garantia para a formação da companhia. Vê que se adoptaram todas as idéas possíveis para pôr e tornar o mais adoptáveis pela camara, as alterações: soube-se que havia difficuldades, e portanto, tratou-se por todos os modos de diminuir os attritos, para dissimular o mais possível as difficuldades do negocio: esteve-se, como se costuma dizer, a doirar a pilula. (O sr. Thomaz da Carvalho.—Peço a palavra a favor.) (Riso.)

Em nome de que principios pediu o concessionário estas alterações? Elle é sufficientemente esperto para não vir dizer, depois de ter ido a um concurso, desço que me melhora o contrato. O que fez foi esquadriñar no contrato contradicções, sentidos duvidosos, erros imaginados, estratagemas e astucias, por meio das quaes tivesse logrado exigir uma compensação. Argumentou-se que havia erros. Pois, se houve erros, a responsabilidade de quem é em ultima analyse? A responsabilidade é do governo e d'elle (apoiados). E aqui está a questão politica (apoiados); aqui está a questão politica porque não se pôde apoiar um ministerio que commette erros (apoiados).

Pôga muito com os apoiados do illustre deputado (dirigindo-se ao sr. Nogueira Soares), mas desejava vê-lo mais coherente, porque tambem não deve apoiar um ministerio que commette estes erros. Vê o que os illustres deputados querem, e conhecê-lhes a sua tática; o que querem é dar volta politica a esta questão: querem dizer, é uma guerra politica para deitar abaixo o ministerio, e depois do ministerio cair, quem virá? Não ha salvação possível, e então votem todos em nome d'este principio. Este é o desejo dos illustres deputados (riso). Não quer fazer questão politica, mas ha de criticar os actos do governo na parte em que elles não são

bons; se o governo errou, é responsavel pelos seus erros, e elle, orador, não pôde approva-los, porque não deseja, não acha proprio da dignidade de um governo e de um paiz, que venha qualquer estrangeiro com uma palmatoria corrigir os ministros da nação a que pertencemos, e em nome d'este principio pedir compensações.

Quaes são as alterações que se fazem ao contrato? A primeira é nas tarifas; é ao § 4.º do artigo 44.º para que os preços do caminho de ferro possam ser os que se acham estabelecidos nas tarifas dos caminhos de ferro francezes; a segunda estabelecendo que o governo não possa alterar os preços d'essas tarifas, sem garantir o producto bruto que tenha, feita a deducção dos gastos materiaes da exploração; e para se ver como ás vezes se pretende illudir o publico, leria um periodo de um documento em que o concessionário se refere a esta alteração, para se ver como elle a encara.

«Pedi quanto ao primeiro ponto, que se consignasse o direito de adoptar aquellas tarifas conforme o texto litteral do contrato, que foi ratificado por mim perante o ministro de Sua Magestade Fidelissima em Paris, e supplicai a declaração do que devia entender-se por producto bruto, segundo a legislação de todos os paizes, e o que a boa fé e o sentido obvio das palavras reclamam.» De modo que a legislação de todos os paizes e o sentido verdadeiro das palavras—producto bruto—era o producto bruto recebido, feita a deducção dos gastos materiaes de exploração! E o que seria o producto liquido, menos as despesas do pessoal?

Realmente não gosta que com frases d'esta ordem se queira induzir o paiz a uma convicção completamente contraria á verdade. Pois os srs. ministros não hão de saber o que é producto bruto? Precisavam porventura que o concessionário lhes viesse aclarar o que é producto bruto? A boa fé exigia que se não desse a interpretação que se deu, e que se não chamasse aquillo que é producto liquido, producto bruto.

Na questão das tarifas não quer entrar muito, porque até certo ponto julga de equidade a alteração que se pede; não tanta como se diz, nem é para fallar com certo sobresanho na questão das tarifas, como o faz a comissão no seu relatório, nem chegam ao absurdo quando o caminho de ferro chegar á fronteira.

As tarifas quanto aos passageiros pouca differença fazem d'aquellas porque se querem substituir, mas quanto ás mercadorias fazem alguma, porque todos sabem que a tarifa das mercadorias que se adoptou para o caminho de ferro, foi uma tarifa especial calculada ad hoc para essa pequena secção de caminho, que como todos sabem perfeitamente, não tinha grande trafico de mercadorias.

Depois de analysar minuciosamente as alterações ao contrato, o orador conclue que o concessionário, que é pelo governo dispensado dos movimentos de terra para a segunda via em cada um dos caminhos de ferro, em troca d'este beneficio não só não concede absolutamente nada, mas tira-nos alguma cousa reduzindo as dimensões estipuladas no contrato.

O concessionário diz que os caminhos de ferro se hão de fazer rapidamente. Mas todos sabem que, tendo o nosso paiz falta de braços, e de meios de transporte, é difficil o cumprimento d'esta promessa; por isso que produziria uma grande alta de salarios, com desvantagem para as industrias nacionaes, e para o proprio concessionário, cujo interesse não pôde ser o andamento rapido dos trabalhos, por ter neste caso de os pagar mais caros. Esta rapidez promette-a o concessionário para fazer effeito, mas depois ha de vir com pedidos de prorrogação de prazo. E o que ha de fazer o governo quando e concessionário lhe apresentar argumentos de força maior, como falta de braços, temporaes, ou quaesquer outros? Ha de applicar-lhe a penalidade? O governo não ha de ser tão barbaço que l'ha applique, ha de conceder-lhe uma prorrogação de prazo, como se faz em toda a parte, e os caminhos de ferro só estarão concluidos n'um prazo razoavel.

Por tanto as alterações propostas trazem um perda para o estado, porque fica pelo mesmo dinheiro com uma obra que vale menos.

Tendo dado a hora, pede se lhe reserve a palavra.

O sr. Presidente.—levanta a sessão, dando para ordem do dia de amanhã a mesma que vinha para hoje.—Eram quatro horas da tarde.

NOTICIAS DO REINO

CONTINENTE

Aveiro—Vão chegando carregamentos de toda a qualidade de madeira, escreve o *Campo das Províncias* de 14 do corrente, para ser exposta á venda na proxima feira, que tem de fazer-se no domingo e segunda feira. E de crer que o consumo seja grande, assim como o foi o anno passado, que, quando alguns compradores foram á praça para se abastecerem, encontraram o mercado inteiramente desprovido.

—No mesmo jornal lê-se o seguinte: «Teve lugar no domingo a ascensão aerea prometida pela companhia que ultimamente chegou a esta cidade. O balão é de panno preto e de grandes dimensões, o que faz com que se veja perfeitamente ao ar. E cheio unicamente com fumo de palha, e nenhum outro gaz o faz subir á grande altura a que algumas vezes se eleva.

«Pendurado na boca do balão vaê um pequeno trapézio onde uma creança, de oito annos apenas, vae balançando-se, e fazendo algumas sortes de equilibrio. É admiravel o sangue frio com que o pequeno aeronauta se balança nos ares, como se estivesse apenas a alguns metros da terra. Produz um indizível aperto de coração este espectáculo. Custa ver uma criança arrojarse assim a um eminente perigo, com a innocencia propria da sua tenra idade.

«No domingo toda a gente que estava no Terreiro seguiu ansiosamente o balão, até que foi visto cair apenas a meia legua d'esta cidade. Muitas pessoas levadas pela commoção correram ali para saber se á corajosa creança tinha succedido algum desastre. Felizmente, encontraram-a já brincando tranquillamente junto ao sitio em que o balão havia caido.

«Dizem que a ascensão se repete no domingo proximo.»

Lamego—O administrador, juiz de direito, e delegado d'este concelho e comarca, diz ainda o *Campo das Províncias*, acabam de descobrir mais um nicho criminoso. Conhecendo algumas suspeitas sobre a casa de um Antonio Pinto, serralleiro, no Crujal, deram-lhe busca e encontraram alguns utensilios indicativos do nefando trafico da moeda falsa, como tim paraforzo e outro instrumento semelhante a um balancê pequeno que servia de cortadeira, tendo outrosim encontrado fóra um grande balancê enterrado. Foram presos, Antonio Pinto, Francisco Antonio Soares, e D. Emilia Candida.

—No *Viriato* lê-se o seguinte: «No dia 9 do corrente, por quatro horas da tarde, no sitio de Santa Barbara, freguezia de Valdigem, na estrada que se anda construido do Torrião a Baganestre, n'este concelho de Lamego, foram victimas de um deslombamento de um enorme combro de terra e pedras dois homens que andavam trabalhando no aliecer.

«Ficaram tambem dois feridos e maltratados.»

Porto—Em sessão de 23 do passado, foi informada a camara municipal d'esta cidade, por officio

do primeiro bibliothecario da real bibliotheca publica, que o bibliothecario-mór do museu britannico offerecia, por ordem do conselho da administração d'este estabelecimento, á bibliotheca portueza doze volumes em folio, que contém as publicações dos manuscritos existentes no referido museu, e pedia se lhe dicesse o meio de os transportar: resolveu-se que se agradecesse a offerta, por intermédio do mencionado primeiro bibliothecario, fazendo-se saber a este que se tinha officiado ao ex.º conde de Lavradio, ministro portuezo em Londres, a solicitar-lhe o favor de se encarregar da remessa dos ditos livros.

—Remiram-se no dia 12, diz o *Commercio do Porto*, em assembléa geral os accionistas da companhia de reboques maritimos e fluviais, a fim de lhes ser apresentado o parecer da comissão de contas, eleita em sessão de 3 do corrente, e proceder-se á eleição dos diferentes cargos. O parecer foi approvedo, e votado o dividendo de 5 por cento ou 5000 réis por acção, proposto pela direcção, dando-se um voto de louvor ao gerente o sr. Manuel Pereira Pena, pela sua zelosa e acertada administração.

Procedendo-se depois a eleger a mesa e gerencia, que tem de funcionar no corrente anno, recaiu a eleição nos seguintes senhores:

Presidente, Frederico Augusto Correia de Lacerda.
Vice-presidente, Eduardo Mozer.
1.º secretario, Antonio Adriaõ da Rocha.
2.º dito, Eduardo Correia da Rocha.
Administrador, Manuel Pereira Pena.
Substituto, Antonio Pinto Moreira.

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 13 do corrente. Não se receberam jornaes francezes.

O governo hespanhol recebeu do theatro da guerra o seguinte despacho telegraphico:

Algeiras, 13 de março—O commandante em chefe do exercito da Africa, ao ministro da guerra. Acampamento de Tetuão, 11 de março. O inimigo com forças imponentes, e entre estas os bellicosos kabilas de Melilla, apresentaram-se esta manhã, como querendo atacar os nossos acampamentos do sul de Tetuão, apoiando-se nas faldas da Sierra Bermeja. As tropas, depois de repellido os seus primeiros ataques, accommetteram por seu turno as forças marroquinas, tomando-lhes, como costumam, todas as suas posições, que foram occupando successivamente. As perdas do inimigo devem ter sido de consideração. As nossas não podem ser ainda avaliadas, por quanto acabou agora de regressar com as tropas que foram em perseguição do inimigo, a distancia de mais de legua e meia.

Das outras noticias telegraphicas, recebidas em Madrid no mesmo dia 13, se depreheende que de novo se achavam interrompidas as communicações no Estreito, em consequencia do mau tempo.

Alem dos despachos que contém estas noticias, os jornaes hespanhoes publicam os seguintes:

DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pelo jornal *El Horizonte*:
Belgrado, 11 de março—O principe Miloch envia uma deputação a Constantinopla, a fim de estreitar as suas relações amigaveis com o sultão, e alcançar d'elle novas concessões.

Chambery, 11—Em todos os povos da Saboya se affixaram pasquins nas esquinas, notificando aos habitantes que serão chamados a votar, ou pela continuação da união com a monarchia sarda, ou a favor da annexação á França. Essa votação será feita segundo o methodo determinado pelo parlamento.

Paris, 11—O *Moniteur* publica hoje o tratado de commercio entre a França e a Inglaterra, bem como os importantes documentos que serviram de preliminares a esse tratado.

Segundo affirma a *Independence Belge*, o marechal Vaillant recebeu ordem para se retirar com as suas tropas da Lombardia, apenas seja proclamada a annexação á Sardenha da Toscana e da Romania.

O correspondente do citado jornal diz que o rei e o conselho de ministros decidiram aceitar as consequências d'esta resolução, e que se espalhára o boato de que o exercito sardo ia ser posto em pé de guerra.

Turin, 12—Os despachos de Modena dão noticia da chegada, áquelle ponto, de muitas pessoas que vão inscrever-se nas listas eleitoraes. Na *Emilia* nota-se o mesmo entusiasmo.

O clero de Modena dirigiu um manifesto ao governador pedindo a annexação ao Piemonte.

O clero de Placencia seguiu o exemplo do de Modena, declarando ao rei, que os sacerdotes cumprem um dever, dando pelos seus actos exemplos de patriotismo.

A municipalidade de Milão adoptou por unanimidade uma manifestação ao rei, expondo a adheção do paiz á politica adoptada pelo seu governo, politica que os membros da municipalidade estão dispostos a seguir, offerecendo desde já, como garantia d'essa resolução, a quantia de 3.000.000 de francos.

A municipalidade de Lodi seguirá o exemplo da de Milão.

O jornal *Opinione* sustenta o principio de que a annexação da Toscana ao Piemonte não compromette o equilibrio europeu.

Paris, 12—O artigo, em consequencia do qual o jornal francez *Sicile* recebeu uma advertencia, tem por titulo: *Exame critico da religião christã. Renovação religiosa.*

—Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*:

Berlin, 13 de março—O principe de Hesse partiu para S. Petersburgo. Atribue-se grande importancia politica a esta viagem.

Londres, 13—A noite renovou-se na camara a discussão relativa á annexação da Saboya. Os deputados da opposição, querendo n'este numero D'Israeli e Packington, queriam que a camara fizesse uma manifestação formal contra a annexação. Os ministros pediram que se pozesse termo a uma discussão tão irritante como prejudicial aos interesses publicos.

Como a opposição persistisse nas suas idéas, sir Gladstone declarou que lord John Russell apresentaria uma comunicação que devia permittir a controversia sobre o assumpto de que se tratava.

Paris, 13—Ainda não se recebeu noticia alguma relativa ás votações da Italia.

PIEMONTE

«O general Fanti, diz o *Correio Mercantil* de Genova, regressou, no dia 4 do corrente, da sua expedição á Emilia. Dando conta da sua viagem em conselho de ministros, o intelligente general teve os maiores elogios ás tropas da Italia central, declarando ao mesmo tempo que ellas estão animadas do melhor espirito.

«Sua magestade, acrescenta o jornal citado, querendo dar a maior solemnidade possível á instalação do tribunal de cassação, ordenou que esse acto tenha lugar no salão das Caridades. O eloquente orador, conde Salepio, fará o discurso de abertura.»

—Segundo diz o jornal *Espero*, todas as tropas que se acham em Turim, exceptuando unicamente

a brigada de Saboya, vão sair immediatamente d'aquella cidade. Os granadeiros da Lombardia dirigiram-se-hão para Monza, os bersagliari para Chivasso, a cavallaria não se sabe ao certo para onde será mandada, mas supõe-se geralmente que irá para Parma.

A guarnição da Toscana compor-se-ha exclusivamente de soldados toscanos.

Alguns corpos da Emilia devem tambem receber, em Turim, a sua organização definitiva.

—A cidade de Siena, diz ainda um jornal italiano, está sendo o theatro de grandes festejos. Dois mil camponeses de Arbia e Chianti se apresentaram á municipalidade, a fim de contribuírem com a sua dadiva para a subscrição proposta por Garibaldi. Todos levam nos seus chapéus o papel com o voto para a união ao reino constitucional de Victor Manuel.»

AUSTRIA

É fóra de duvida que o general Tschersowanow, que é tratado em Vienna com a maior consideração, está actualmente n'esta cidade, encarregado pelo seu governo de uma missão diplomatica particular. N'estes ultimos dias, o general russo tem tido diferentes entrevistas com o conde de Rechberg. Portanto é considerada como inexacta a noticia dada pela *Gazette Austriaca* de que não ha negociações pendentes entre a Prussia e a Austria. As negociações existem realmente, só resta saber se ellas terão o resultado que a ultima d'estas potencias deseja.

(Gazette de Cologne.)

—Affirma-se que em conselho de ministros, celebrado a 2 do corrente, o gabinete austriaco resolveu adoptar uma attitude menos passiva. Recendo do surjam novas complicações militares, o governo chamará ao serviço os soldados licenciados, independentemente do augmento de despesas proveniente d'esta medida.

Espalha-se tambem o boato, muito acreditado, de que a Austria declarou ao governo de Berna que, se se realisar a annexação da Saboya á França, o gabinete de Vienna não se opporá a que a Suissa occupe o territorio que fica neutral. (El Dia.)

PRUSSIA

A reforma militar que se projecta na Prussia encontra uma viva opposição, tanto no publico como no parlamento. A comissão da camara dos representantes rejeitou ultimamente o projecto com uma maioria de dezesseis votos contra quatro, não obstante ter o ministro da guerra dado a entender que, se a lei fosse rejeitada, o governo vir-se-ia obrigado a mobilisar o exercito, porque o effectivo actual é insufficiente para fazer face ás eventualidades.

É verdade que a opinião da comissão em cousa alguma prejudica o voto definitivo da camara. Todavia desde já se pôde prever que a luta será essencialmente reñhida. Com rasão ou sem ella, a opinião pensa que as forças defensivas da Prussia podem ser augmentadas sem se elevar o orçamento militar á quantia de perto de 20 milhões por anno. O partido feudal sustenta vivamente o projecto do governo: este partido crê que a situação exterior obrigará a maioria a adoptar a lei. (La Patrie.)

NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

INSTRUMENTOS DA ESCOLA POLYTECHNICA

BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m. 764,69	11,0	58,9	N.
3 l. 763,24	13,7	48,7	N.

DIA 15.

Maxima—temperatura.....	14,1 C.
Minima.....	9,0
Onda de noite.....	8,5
Onda (de dia).....	5,5
Chuva (adometro).....	0,1 Mil.
Evaporação (vapormetro).....	5,0
Altura barometrica correcta.....	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra.....	

NOTICIAS COMMERCIAES

ALFANDEGA DO PORTO

Receita da alfandega de 1 a 11 de março.....	57:162.2210
Idem do dia 12.....	24:105.520
Idem do dia 13.....	4:891.4573
	64:464.3303

Cereaes exportados pela barra do Douro, para os portos abaixo indicados, no anno de 1859

DESTINO	ALQUEIRES	
	Cevada	Milho
Rio de Janeiro.....	984	10
Bahia.....	175	1.050
Pernambuco.....	70	100
Pará.....	20	—
	1.249	1.160

Cereaes nacionaes e nacionalisados, vindo pelo rio Douro no anno de 1859

Centeio, alqueires.....	1.345
Cevada, idem.....	2.374
Milho, idem.....	652
Trigo, idem.....	169.325

Cereaes exportados para os portos do reino, abaixo mencionados, no anno de 1859

DESTINO	ALQUEIRES	
	Trigo	Centeio
Lisboa.....	7.543	5.010
Vianna.....	400	—
Setúbal.....	1.146	591
Olhão.....	512	2.216
Lagos.....	200	—
Portimão.....	5.056	11.548
Tavira.....	—	840
Peniche.....	—	190
Aveiro.....	—	15.300
	14.857	20.325

Gado bovino exportado para Inglaterra, pela barra do Douro, nos seguintes annos

ANNOS	BOIS	VALORES
1846.....	—	—
1847.....	548	17.500.000
1848.....	825	31.200.000
1849.....	791	35.100.000
1850.....	362	13.800.000
1851.....	150	6.000.000
1852.....	312	18.400.000
1853.....	1.388	45.000.000
1854.....	2.606	105.440.000
1855.....	2.926	142.300.000
1856.....	4.288	217.170.000
1857.....	3.253	199.604.000
1858.....	3.431	203.040.000
1859.....	3.922	255.563.000
		1.290.117.000

(Commercio do Porto.)

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 16 de março de 1860

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Harlequin, brigue inglez, capitão J. Gatgens, de Schieds em 17 dias, com carvão e fazendas, a ordens; 11 pessoas de tripulação. Entrou e deu fundo hontem ás 7 horas e meia da noite.

Hedwig, patacho sueco, capitão N. E. Hultberg, de New Castle em 16 dias, com carvão á companhia do gaz; 7 pessoas de tripulação.

D. Luiz, paquete portuezo a vapor, capitão F. B. Ribeiro, de Faro e Olhão em 40 horas, de Villa Nova de Portimão em 36, de Lagos em 35, e de Sines em 10, com encomendas á companhia união mercantil; 20 pessoas de tripulação, e 36 passageiros.

D. Francisca, barca portueza, capitão J. P. de Rezende, de Londres em 8 dias, com fazendas, polvora e vasilhame a B. M. O. Borges e Sobrinhos; 17 pessoas de tripulação, e 1 passageiro, que é: S. Fray, sem emprego, inglez.

George Thomas, escuna ingleza, capitão T. Piarson, de New Port em 9 dias, com calhas de ferro, a ordens; 5 pessoas de tripulação.

Sea, barca ingleza, capitão W. Peverley, de Sunderland em 54 dias, e de Grimsby em 14, com carvão á companhia do gaz; 9 pessoas de tripulação.

Fortuna, escuna dinamarqueza, capitão P. Holm, de New Castle em 32 dias, e de Ramsgat em 12, com carvão a Cruz & C.; 6 pessoas de tripulação.

Fredrik, barca russiana, capitão A. Tengstrom, de Cardiff em 8 dias, com carvão, a ordens; 10 pessoas de tripulação.

Saídas—Portuguezes: Boto *Senhor Jesus do Calvário*, com azeite e encomendas, e hiate *Novo Martinho*, em lastro, ambos para Villa Real de Santo Antonio.

Bom tempo.—Vento N. fresco.

De Villa Nova de Portimão, do dia 14 Entradas—Patacho hanoveriano *Suzana*, de Lisboa em 10 dias, em lastro.—Falucho hespanhol *Virgen das Angustias*, do mar da costa, em lastro.

Não saiu embarcação alguma.

Fôra da barra anda sobre vóla um brigue inglês.

Está fundeado o vapor *D. Luiz*, recebendo passageiros, e segue viagem para Lisboa.

O mar está bom.—Vento NO. regular.

Do dia 15 Não entrou nem saiu embarcação alguma.

O mar está bom.—Vento NNE. bonançoso.

De Lagos, do dia 14 Entrou o hiate portuguez, *Bom Jesus*, de Távira, arribado.

Chegou de Portimão o vapor *D. Luiz*, recebeu 11 passageiros, e seguiu para Lisboa.

O mar bom.—Vento NNE. regular.

Do dia 15 Ancorou o vapor portuguez *Visconde d'Albuquerque*, vindo de Lisboa, com carvão para o vapor do Brazil.

Saídas—Falucho hespanhol, *Virgen das Angustias*, e *Santo Antonio e Angustias*, para Ayamonte em lastro.

Mar bom.—Vento NNE.

Direção geral dos telegraphos do reino, em 16 de março de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.

INSPECÇÃO DOS INCENDIOS

Ill.^{mo} sr.—Participo a v. s.^a que a 16 do corrente mez, pelas nove horas da manhã, as torres de signal chamaram os soccorros contra o incendio, que se tinha manifestado no 1.^o andar do prédio n.^o 29, da travessa de Santo Antonio. O fogo foi comunicado de um fogareiro a uma porção de roupa, e desta ao forro. Os soccorros foram promptos, e o incendio não progrediu.

Deus guarde a v. s.^a Lisboa, 16 de março de 1860.—Ill.^{mo} sr. vereador do pelouro dos incendios.—O engenheiro encarregado da inspecção geral dos incendios, Joaquim Julio Pereira de Carvalho.

AVISOS

ASYLO DA INFANCIA DESVALIDA DO CAMPO GRANDE

A commissão fundadora d'este estabelecimento recebeu do ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. visconde do Porto Covo de Bandeira duas inscripções de assentamento, no valor total de 200\$000 réis, com applicação aos encargos d'este asylo.

Lisboa, 15 de março de 1860.

A commissão fundadora d'este estabelecimento convida todas as pessoas que tenham concorrido com seus donativos, ou de qualquer maneira contribuido para a sua fundação, a reunirem-se domingo 18 do corrente, á uma hora da tarde, na rua do Arsenal, n.^o 16, a fim de lhes ser apresentado o pro-

jecto de estatutos, pelos quaes terá de reger-se a associação, e para que possam subir á approvação de Sua Magestade.

Lisboa, 14 de março de 1860.—Francisco Izidoro Vianna, secretario.

SOCIEDADE PROTECTORA DOS ORPHÃOS DESVALIDOS DAS VICTIMAS DA CHOLERA MORBUS EM 1856 E DA FEBRE AMARELLA EM 1857

Esta sociedade recebeu do ill.^{mo} sr. Antonio Joaquim de Oliveira, como legatário e testamentario da ex.^{ma} sr.^a D. Joanna Custodia Izabel de Sousa a quantia de 400\$000 réis, legado d'esta sr.^a

A mesma sociedade agradece aos ex.^{mos} srs. Juizes Gouveia e Pereira de Mello a generosa cessão que fizeram dos seus emolumentos. Lisboa, 16 de março de 1860.—Fortunato Chamigo Junior, thesoureiro.

ASSOCIAÇÃO DE SOCCORRO E MONTE PIO GERAL DA MARINHA

De ordem do ex.^{mo} presidente são convocados todos os socios para a reunião da assembleia geral, que deverá ter lugar no proximo domingo, 18 do corrente, pelas onze horas da manhã, no local do costume, a fim de se elegerem os cargos que faltam a ser preenchidos.

Sala das sessões, em 12 de março de 1860.—Francisco Rangel de Lima, 1.^o secretario.

ASSOCIAÇÃO TYPOGRAPHICA LISBOENSE E ARTES CORRELATIVAS

Sabado 17 do corrente, ás 7 horas e meia da tarde, haverá reunião da assembleia geral. Ordem do dia: apresentação e discussão do parecer da commissão de contas; apresentação da escusa dada pelo presidente da mesa, e eleição do mesmo cargo.

Mesa, 14 de março de 1860.—O secretario, F. de S. Pereira.

FUTURO SOCIAL

É convocada a assembleia geral a reunir segunda-feira 19 do corrente, pelas 7^{1/2} horas da noite, nas salas do centro promotor. Ordem do dia: continuação de trabalhos pendentes, e palestra sobre os direitos e deveres dos cidadãos, em que é permitido o direito de discussão a todas as pessoas, mesmo estranhas á associação.—O secretario, A. A. da Silva Lobo.

ANNUNCIOS

D. MARIA MARCELLINA CRÓ FERRERI, e Carlos Brando de Castro Ferreri, tributam a mais profunda gratidão a todas as pessoas pelos desvelos e interesse que mostraram durante a mortal enfermidade de seu fallecido e sempre chorado esposo e irmão o ex.^{mo} ministro da marinha e ultramar e bem assim ás que o acompanharam á ultima morada. Esperam pois que pela tribulação que os opprimia, e igualmente por não saberem as moradas de diferentes pessoas, se lhes relevará as muitas faltas involuntárias, que tenham havido nos convites.

2 PELO TRIBUNAL DO COMMERCIO de primeira instancia, escripto Rodriguez, correu editos de trinta dias, para se julgar livre e desembaraçada a propriedade de casas que arrematou em praça João Antonio da Luz Robim, sita na rua do Monte Olivete, n.^o 27 e 28, freguezia de S. Mamede, pertencente á massa fallida de Francisco Felisberto Dias Costa, e por elles são citadas e chamadas todas as pessoas que tenham direito á dita propriedade por titulo oneroso de partilhas, tornas, dotes, morgado, capella, hypothecas, penhoras, embargos, fianças, ou outros quaesquer, para o virem deduzir sobre o preço em deposito, e poder dos administradores da dita massa, pena de lançamento, e de se julgar a dita propriedade livre e desembaraçada com que estiver onerada. São igualmente chamados todos os escriptos, delegados, e sollicitadores da fazenda nacional, para allegarem qualquer direito que a mesma tenha á dita propriedade por execuções pendentes ou outros encargos.

3 PELO JUIZO DE DIREITO DA 2.^a VARA, escripto Martins, correu editos de trinta dias, a requerimento de João Antonio da Luz Robim, para se julgar livre e desembaraçada a propriedade de casas, sita na rua do Poço dos Negros, com a numerção nova 36, 38, 40, 42 e 44, e antiga n.^o 50 a 53, e para a travessa do Poço dos Negros (antes do Guardamór), numerção nova 2, 4 e 6, e antiga 12 a 14, freguezia de Santa Catharina, no caso litição de João Antonio da fallecida D. Emilia Candida da Conceição Grillo Loureiro, de que foi inventariante o viuvo Alexandre Caiado de Gamba Loureiro, que se arrematou em praça pela quantia de 1800\$3500 réis, e se depositou o preço da arrematação lançado a fl. 364 do liv. 15 da repartição dos orphãos, n.^o 64. Pelo que são citadas e chamadas todas as pessoas, por titulo oneroso de partilhas, tornas, dote, morgado, capella, hypothecas, penhoras, embargos, fianças, ou outros quaesquer, reaes ou particulares, para o deduzirem sobre o preço em deposito, no prazo que está correndo, para se julgar livre e desembaraçada para o arrematante, revertendo ao produto todos os encargos com que estiver onerada. São igualmente chamados pelo presente annuncio todos os delegados, escriptos, e sollicitadores da fazenda nacional para allegarem qualquer direito que a mesma tenha á dita propriedade, por execuções pendentes ou outros encargos.

4 PELO JUIZO DE DIREITO DA 3.^a VARA, escripto Grillo, a requerimento de Antonio Camillo Xavier de Quadros, correu editos de trinta dias, citando quaesquer interessados ás propriedades que arrematou na praça publica, sitas na calçada dos Barbadinhos, n.^o 40 e 41, 42 a 44, e 45, freguezia de Santa Engracia, penhoradas a Manuel Espinheira, a requerimento de José Bento Espinheira, e que o seu liquido produto se acha consignado no deposito publico, a fl. 168 do liv. 155 da 1.^a repartição, e a fl. 14 e 15 do liv. 138 da 2.^a repartição. Pelo que se acham com algum direito o delatado dentro do prazo dos editos, que estão correndo, pena de lançamento, e á sua revelia se julgarem as propriedades livres e desembaraçadas para o arrematante, revertendo para o producto em deposito todos e quaesquer encargos reaes ou particulares a que as mesmas propriedades possam estar sujeitas, nos termos da ord., liv. 4.^o, tit. 6.^o

5 PELO CARTORIO DE SOUSA, na comarca de Celorico de Basto, correu editos por quinze dias, a chamar quem tenha direito á successão, e a prover-se na curadoria dos bens de Manuel Joaquim de Oliveira, natural do Carril, ausente em parte incerta, e de quem ha muito mais de dez annos não ha noticia, e que se acha com algum direito o delatado dentro do prazo dos editos, que estão correndo, pena de lançamento, e á sua revelia se julgarem as propriedades livres e desembaraçadas para o arrematante, revertendo para o producto em deposito todos e quaesquer encargos reaes ou particulares a que as mesmas propriedades possam estar sujeitas, nos termos da ord., liv. 4.^o, tit. 6.^o

6 PELO JUIZO DE DIREITO DA 1.^a VARA, escripto Grillo, a requerimento de Antonio Camillo Xavier de Quadros, correu editos de trinta dias, citando quaesquer interessados ás propriedades que arrematou na praça publica, sitas na calçada dos Barbadinhos, n.^o 40 e 41, 42 a 44, e 45, freguezia de Santa Engracia, penhoradas a Manuel Espinheira, a requerimento de José Bento Espinheira, e que o seu liquido produto se acha consignado no deposito publico, a fl. 168 do liv. 155 da 1.^a repartição, e a fl. 14 e 15 do liv. 138 da 2.^a repartição. Pelo que se acham com algum direito o delatado dentro do prazo dos editos, que estão correndo, pena de lançamento, e á sua revelia se julgarem as propriedades livres e desembaraçadas para o arrematante, revertendo para o producto em deposito todos e quaesquer encargos reaes ou particulares a que as mesmas propriedades possam estar sujeitas, nos termos da ord., liv. 4.^o, tit. 6.^o

7 PELO JUIZO DE DIREITO DA 2.^a VARA, escripto Grillo, a requerimento de Antonio Camillo Xavier de Quadros, correu editos de trinta dias, citando quaesquer interessados ás propriedades que arrematou na praça publica, sitas na calçada dos Barbadinhos, n.^o 40 e 41, 42 a 44, e 45, freguezia de Santa Engracia, penhoradas a Manuel Espinheira, a requerimento de José Bento Espinheira, e que o seu liquido produto se acha consignado no deposito publico, a fl. 168 do liv. 155 da 1.^a repartição, e a fl. 14 e 15 do liv. 138 da 2.^a repartição. Pelo que se acham com algum direito o delatado dentro do prazo dos editos, que estão correndo, pena de lançamento, e á sua revelia se julgarem as propriedades livres e desembaraçadas para o arrematante, revertendo para o producto em deposito todos e quaesquer encargos reaes ou particulares a que as mesmas propriedades possam estar sujeitas, nos termos da ord., liv. 4.^o, tit. 6.^o

8 PELO JUIZO DE DIREITO DA 3.^a VARA, escripto Grillo, a requerimento de Antonio Camillo Xavier de Quadros, correu editos de trinta dias, citando quaesquer interessados ás propriedades que arrematou na praça publica, sitas na calçada dos Barbadinhos, n.^o 40 e 41, 42 a 44, e 45, freguezia de Santa Engracia, penhoradas a Manuel Espinheira, a requerimento de José Bento Espinheira, e que o seu liquido produto se acha consignado no deposito publico, a fl. 168 do liv. 155 da 1.^a repartição, e a fl. 14 e 15 do liv. 138 da 2.^a repartição. Pelo que se acham com algum direito o delatado dentro do prazo dos editos, que estão correndo, pena de lançamento, e á sua revelia se julgarem as propriedades livres e desembaraçadas para o arrematante, revertendo para o producto em deposito todos e quaesquer encargos reaes ou particulares a que as mesmas propriedades possam estar sujeitas, nos termos da ord., liv. 4.^o, tit. 6.^o

9 PELO JUIZO DE DIREITO DA 1.^a VARA, escripto Grillo, a requerimento de Antonio Camillo Xavier de Quadros, correu editos de trinta dias, citando quaesquer interessados ás propriedades que arrematou na praça publica, sitas na calçada dos Barbadinhos, n.^o 40 e 41, 42 a 44, e 45, freguezia de Santa Engracia, penhoradas a Manuel Espinheira, a requerimento de José Bento Espinheira, e que o seu liquido produto se acha consignado no deposito publico, a fl. 168 do liv. 155 da 1.^a repartição, e a fl. 14 e 15 do liv. 138 da 2.^a repartição. Pelo que se acham com algum direito o delatado dentro do prazo dos editos, que estão correndo, pena de lançamento, e á sua revelia se julgarem as propriedades livres e desembaraçadas para o arrematante, revertendo para o producto em deposito todos e quaesquer encargos reaes ou particulares a que as mesmas propriedades possam estar sujeitas, nos termos da ord., liv. 4.^o, tit. 6.^o

10 PARA OS PORTOS DE Villa Real de Santo Antonio, Villa Nova de Portimão, com escala por Olhão, Faro, Távira, e tambem por Sines, se convier, sairá no dia 20 de março o barco de vapor *D. Luiz*, ás nove horas da manhã.—Partida de passageiros, escriptorio da companhia uniao mercantil, Cães do Sodré, n.^o 12.—Para carga, escriptorio dos srs. Charnica & Gonçalves, Cães do Sodré, n.^o 6.

11 NO DIA 18 DE ABRIL proximo futuro, pelas tres horas, na praça do deposito publico, se procederá á arrematação de uma casa em ruina na rua da Arrabida n.^o 31 a 33, freguezia de Santa Isabel, foreira á exequente em 45\$000 réis annuaes com laudemio de vintena no caso de venda, e avaliada em 60\$000 réis, a qual foi penhorada ao padre João Garcia de Carvalho, como procurador dos herdeiros de seu tio João Garcia, a requerimento da ex.^{ma} condessa de Anadia D. Maria Luiza, pela 4.^a vara, escripto Paes Gago.—Escrevio da arrematação, Cruz.

12 NO DIA 18 DE ABRIL proximo futuro, pelas tres horas, na praça do deposito publico, se procederá á arrematação do praço foreiro em 19\$200 réis a D. Maria Candida Dias e Silva, com laudemio de vintena, que rende 98\$400 réis, e como tal se acha avaliada em 260\$000 réis, cujo praço faz parte da quinta denominada do Marcelino, no sitio da Cruz das Oliveiras n.^o 32 a 35, freguezia de Nossa Senhora da Ajuda, o qual foi penhorado a Joaquim Antonio Cabral por execução que corre na 1.^a vara, escripto Barros.—O escripto da arrematação, Cruz.

13 NO DIA 30 DO CORRENTE MARÇO, ao meio dia, na rua direita de Benfica, n.^o 94, se ha de proceder á arrematação de uma porção de cevada e palha, e de uma caruagem com seus competentes arreios, tudo esta com o abastimento da quadra parte, que tudo ficou por obito de D. Maria Joanna Baldry, a cujo inventario se procede pelo juizo da 3.^a vara, escripto Monteiro.

14 NO DIA 18 DE ABRIL proximo futuro, pelas tres horas, na praça do deposito publico, se procederá á arrematação de uma casa em ruina na rua da Arrabida n.^o 31 a 33, freguezia de Santa Isabel, foreira á exequente em 45\$000 réis annuaes com laudemio de vintena no caso de venda, e avaliada em 60\$000 réis, a qual foi penhorada ao padre João Garcia de Carvalho, como procurador dos herdeiros de seu tio João Garcia, a requerimento da ex.^{ma} condessa de Anadia D. Maria Luiza, pela 4.^a vara, escripto Paes Gago.—Escrevio da arrematação, Cruz.

15 NO DIA 18 DE ABRIL proximo futuro, pelas tres horas, na praça do deposito publico, se procederá á arrematação do praço foreiro em 19\$200 réis a D. Maria Candida Dias e Silva, com laudemio de vintena, que rende 98\$400 réis, e como tal se acha avaliada em 260\$000 réis, cujo praço faz parte da quinta denominada do Marcelino, no sitio da Cruz das Oliveiras n.^o 32 a 35, freguezia de Nossa Senhora da Ajuda, o qual foi penhorado a Joaquim Antonio Cabral por execução que corre na 1.^a vara, escripto Barros.—O escripto da arrematação, Cruz.

16 NO DIA 30 DO CORRENTE MARÇO, ao meio dia, na rua direita de Benfica, n.^o 94, se ha de proceder á arrematação de uma porção de cevada e palha, e de uma caruagem com seus competentes arreios, tudo esta com o abastimento da quadra parte, que tudo ficou por obito de D. Maria Joanna Baldry, a cujo inventario se procede pelo juizo da 3.^a vara, escripto Monteiro.

17 NO DIA 18 DE ABRIL proximo futuro, pelas tres horas, na praça do deposito publico, se procederá á arrematação de uma casa em ruina na rua da Arrabida n.^o 31 a 33, freguezia de Santa Isabel, foreira á exequente em 45\$000 réis annuaes com laudemio de vintena no caso de venda, e avaliada em 60\$000 réis, a qual foi penhorada ao padre João Garcia de Carvalho, como procurador dos herdeiros de seu tio João Garcia, a requerimento da ex.^{ma} condessa de Anadia D. Maria Luiza, pela 4.^a vara, escripto Paes Gago.—Escrevio da arrematação, Cruz.

18 NO DIA 18 DE ABRIL proximo futuro, pelas tres horas, na praça do deposito publico, se procederá á arrematação do praço foreiro em 19\$200 réis a D. Maria Candida Dias e Silva, com laudemio de vintena, que rende 98\$400 réis, e como tal se acha avaliada em 260\$000 réis, cujo praço faz parte da quinta denominada do Marcelino, no sitio da Cruz das Oliveiras n.^o 32 a 35, freguezia de Nossa Senhora da Ajuda, o qual foi penhorado a Joaquim Antonio Cabral por execução que corre na 1.^a vara, escripto Barros.—O escripto da arrematação, Cruz.

19 NO DIA 30 DO CORRENTE MARÇO, ao meio dia, na rua direita de Benfica, n.^o 94, se ha de proceder á arrematação de uma porção de cevada e palha, e de uma caruagem com seus competentes arreios, tudo esta com o abastimento da quadra parte, que tudo ficou por obito de D. Maria Joanna Baldry, a cujo inventario se procede pelo juizo da 3.^a vara, escripto Monteiro.

20 NO DIA 18 DE ABRIL proximo futuro, pelas tres horas, na praça do deposito publico, se procederá á arrematação de uma casa em ruina na rua da Arrabida n.^o 31 a 33, freguezia de Santa Isabel, foreira á exequente em 45\$000 réis annuaes com laudemio de vintena no caso de venda, e avaliada em 60\$000 réis, a qual foi penhorada ao padre João Garcia de Carvalho, como procurador dos herdeiros de seu tio João Garcia, a requerimento da ex.^{ma} condessa de Anadia D. Maria Luiza, pela 4.^a vara, escripto Paes Gago.—Escrevio da arrematação, Cruz.

21 NO DIA 18 DE ABRIL proximo futuro, pelas tres horas, na praça do deposito publico, se procederá á arrematação do praço foreiro em 19\$200 réis a D. Maria Candida Dias e Silva, com laudemio de vintena, que rende 98\$400 réis, e como tal se acha avaliada em 260\$000 réis, cujo praço faz parte da quinta denominada do Marcelino, no sitio da Cruz das Oliveiras n.^o 32 a 35, freguezia de Nossa Senhora da Ajuda, o qual foi penhorado a Joaquim Antonio Cabral por execução que corre na 1.^a vara, escripto Barros.—O escripto da arrematação, Cruz.

22 NO DIA 30 DO CORRENTE MARÇO, ao meio dia, na rua direita de Benfica, n.^o 94, se ha de proceder á arrematação de uma porção de cevada e palha, e de uma caruagem com seus competentes arreios, tudo esta com o abastimento da quadra parte, que tudo ficou por obito de D. Maria Joanna Baldry, a cujo inventario se procede pelo juizo da 3.^a vara, escripto Monteiro.

23 NO DIA 18 DE ABRIL proximo futuro, pelas tres horas, na praça do deposito publico, se procederá á arrematação de uma casa em ruina na rua da Arrabida n.^o 31 a 33, freguezia de Santa Isabel, foreira á exequente em 45\$000 réis annuaes com laudemio de vintena no caso de venda, e avaliada em 60\$000 réis, a qual foi penhorada ao padre João Garcia de Carvalho, como procurador dos herdeiros de seu tio João Garcia, a requerimento da ex.^{ma} condessa de Anadia D. Maria Luiza, pela 4.^a vara, escripto Paes Gago.—Escrevio da arrematação, Cruz.

24 NO DIA 18 DE ABRIL proximo futuro, pelas tres horas, na praça do deposito publico, se procederá á arrematação do praço foreiro em 19\$200 réis a D. Maria Candida Dias e Silva, com laudemio de vintena, que rende 98\$400 réis, e como tal se acha avaliada em 260\$000 réis, cujo praço faz parte da quinta denominada do Marcelino, no sitio da Cruz das Oliveiras n.^o 32 a 35, freguezia de Nossa Senhora da Ajuda, o qual foi penhorado a Joaquim Antonio Cabral por execução que corre na 1.^a vara, escripto Barros.—O escripto da arrematação, Cruz.

25 NO DIA 30 DO CORRENTE MARÇO, ao meio dia, na rua direita de Benfica, n.^o 94, se ha de proceder á arrematação de uma porção de cevada e palha, e de uma caruagem com seus competentes arreios, tudo esta com o abastimento da quadra parte, que tudo ficou por obito de D. Maria Joanna Baldry, a cujo inventario se procede pelo juizo da 3.^a vara, escripto Monteiro.

26 NO DIA 18 DE ABRIL proximo futuro, pelas tres horas, na praça do deposito publico, se procederá á arrematação de uma casa em ruina na rua da Arrabida n.^o 31 a 33, freguezia de Santa Isabel, foreira á exequente em 45\$000 réis annuaes com laudemio de vintena no caso de venda, e avaliada em 60\$000 réis, a qual foi penhorada ao padre João Garcia de Carvalho, como procurador dos herdeiros de seu tio João Garcia, a requerimento da ex.^{ma} condessa de Anadia D. Maria Luiza, pela 4.^a vara, escripto Paes Gago.—Escrevio da arrematação, Cruz.

27 NO DIA 18 DE ABRIL proximo futuro, pelas tres horas, na praça do deposito publico, se procederá á arrematação do praço foreiro em 19\$200 réis a D. Maria Candida Dias e Silva, com laudemio de vintena, que rende 98\$400 réis, e como tal se acha avaliada em 260\$000 réis, cujo praço faz parte da quinta denominada do Marcelino, no sitio da Cruz das Oliveiras n.^o 32 a 35, freguezia de Nossa Senhora da Ajuda, o qual foi penhorado a Joaquim Antonio Cabral por execução que corre na 1.^a vara, escripto Barros.—O escripto da arrematação, Cruz.

28 NO DIA 30 DO CORRENTE MARÇO, ao meio dia, na rua direita de Benfica, n.^o 94, se ha de proceder á arrematação de uma porção de cevada e palha, e de uma caruagem com seus competentes arreios, tudo esta com o abastimento da quadra parte, que tudo ficou por obito de D. Maria Joanna Baldry, a cujo inventario se procede pelo juizo da 3.^a vara, escripto Monteiro.

29 NO DIA 18 DE ABRIL proximo futuro, pelas tres horas, na praça do deposito publico, se procederá á arrematação de uma casa em ruina na rua da Arrabida n.^o 31 a 33, freguezia de Santa Isabel, foreira á exequente em 45\$000 réis annuaes com laudemio de vintena no caso de venda, e avaliada em 60\$000 réis, a qual foi penhorada ao padre João Garcia de Carvalho, como procurador dos herdeiros de seu tio João Garcia, a requerimento da ex.^{ma} condessa de Anadia D. Maria Luiza, pela 4.^a vara, escripto Paes Gago.—Escrevio da arrematação, Cruz.

30 NO DIA 18 DE ABRIL proximo futuro, pelas tres horas, na praça do deposito publico, se procederá á arrematação do praço foreiro em 19\$200 réis a D. Maria Candida Dias e Silva, com laudemio de vintena, que rende 98\$400 réis, e como tal se acha avaliada em 260\$000 réis, cujo praço faz parte da quinta denominada do Marcelino, no sitio da Cruz das Oliveiras n.^o 32 a 35, freguezia de Nossa Senhora da Ajuda, o qual foi penhorado a Joaquim Antonio Cabral por execução que corre na 1.^a vara, escripto Barros.—O escripto da arrematação, Cruz.

31 NO DIA 30 DO CORRENTE MARÇO, ao meio dia, na rua direita de Benfica, n.^o 94, se ha de proceder á arrematação de uma porção de cevada e palha, e de uma caruagem com seus competentes arreios, tudo esta com o abastimento da quadra parte, que tudo ficou por obito de D. Maria Joanna Baldry, a cujo inventario se procede pelo juizo da 3.^a vara, escripto Monteiro.

32 NO DIA 18 DE ABRIL proximo futuro, pelas tres horas, na praça do deposito publico, se procederá á arrematação de uma casa em ruina na rua da Arrabida n.^o 31 a 33, freguezia de Santa Isabel, foreira á exequente em 45\$000 réis annuaes com laudemio de vintena no caso de venda, e avaliada em 60\$000 réis, a qual foi penhorada ao padre João Garcia de Carvalho, como procurador dos herdeiros de seu tio João Garcia, a requerimento da ex.^{ma} condessa de Anadia D. Maria Luiza, pela 4.^a vara, escripto Paes Gago.—Escrevio da arrematação, Cruz.

33 NO DIA 18 DE ABRIL proximo futuro, pelas tres horas, na praça do deposito publico, se procederá á arrematação do praço foreiro em 19\$200 réis a D. Maria Candida Dias e Silva, com laudemio de vintena, que rende 98\$400 réis, e como tal se acha avaliada em 260\$000 réis, cujo praço faz parte da quinta denominada do Marcelino, no sitio da Cruz das Oliveiras n.^o 32 a 35, freguezia de Nossa Senhora da Ajuda, o qual foi penhorado a Joaquim Antonio Cabral por execução que corre na 1.^a vara, escripto Barros.—O escripto da arrematação, Cruz.

34 NO DIA 30 DO CORRENTE MARÇO, ao meio dia, na rua direita de Benfica, n.^o 94, se ha de proceder á arrematação de uma porção de cevada e palha, e de uma caruagem com seus competentes arreios, tudo esta com o abastimento da quadra parte, que tudo ficou por obito de D. Maria Joanna Baldry, a cujo inventario se procede pelo juizo da 3.^a vara, escripto Monteiro.

35 NO DIA 18 DE ABRIL proximo futuro, pelas tres horas, na praça do deposito publico, se procederá á arrematação de uma casa em ruina na rua da Arrabida n.^o 31 a 33, freguezia de Santa Isabel, foreira á exequente em 45\$000 réis annuaes com laudemio de vintena no caso de venda, e avaliada em 60\$000 réis, a qual foi penhorada ao padre João Garcia de Carvalho, como procurador dos herdeiros de seu tio João Garcia, a requerimento da ex.^{ma} condessa de Anadia D. Maria Luiza, pela 4.^a vara, escripto Paes Gago.—Escrevio da arrematação, Cruz.

36 NO DIA 18 DE ABRIL proximo futuro, pelas tres horas, na praça do deposito publico, se procederá á arrematação do praço foreiro em 19\$200 réis a D. Maria Candida Dias e Silva, com laudemio de vintena, que rende 98\$400 réis, e como tal se acha avaliada em 260\$000 réis, cujo praço faz parte da quinta denominada do Marcelino, no sitio da Cruz das Oliveiras n.^o 32 a 35, freguezia de Nossa Senhora da Ajuda, o qual foi penhorado a Joaquim Antonio Cabral por execução que corre na 1.^a vara, escripto Barros.—O escripto da arrematação, Cruz.

37 NO DIA 30 DO CORRENTE MARÇO, ao meio dia, na rua direita de Benfica, n.^o 94, se ha de proceder á arrematação de uma porção de cevada e palha, e de uma caruagem com seus competentes arreios, tudo esta com o abastimento da quadra parte, que tudo ficou por obito de D. Maria Joanna Baldry, a cujo inventario se procede pelo juizo da 3.^a vara, escripto Monteiro.

38 NO DIA 18 DE ABRIL proximo futuro, pelas tres horas, na praça do deposito publico, se procederá á arrematação de uma casa em ruina na rua da Arrabida n.^o 31 a 33, freguezia de Santa Isabel, foreira á exequente em 45\$000 réis annuaes com laudemio de vintena no caso de venda, e avaliada em 60\$000 réis, a qual foi penhorada ao padre João Garcia de Carvalho, como procurador dos herdeiros de seu tio João Garcia, a requerimento da ex.^{ma} condessa de Anadia D. Maria Luiza, pela 4.^a vara, escripto Paes Gago.—Escrevio da arrematação, Cruz.

39 NO DIA 18 DE ABRIL proximo futuro, pelas tres horas, na praça do deposito publico, se procederá á arrematação do praço foreiro em 19\$200 réis a D. Maria Candida Dias e Silva, com laudemio de vintena, que rende 98\$400 réis, e como tal se acha avaliada em 260\$000 réis, cujo praço faz parte da quinta denominada do Marcelino, no sitio da Cruz das Oliveiras n.^o 32 a 35, freguezia de Nossa Senhora da Ajuda, o qual foi penhorado a Joaquim Antonio Cabral por execução que corre na 1.^a vara, escripto Barros.—O escripto da arrematação, Cruz.

40 NO DIA 30 DO CORRENTE MARÇO, ao meio dia, na rua direita de Benfica, n.^o 94, se ha de proceder á arrematação de uma porção de cevada e palha, e de uma caruagem com seus competentes arreios, tudo esta com o abastimento da quadra parte, que tudo ficou por obito de D. Maria Joanna Baldry, a cujo inventario se procede pelo juizo da 3.^a vara, escripto Monteiro.

41 NO DIA 18 DE ABRIL proximo futuro, pelas tres horas, na praça do deposito publico, se procederá á arrematação de uma casa em ruina na rua da Arrabida n.^o 31 a 33, freguezia de Santa Isabel, foreira á exequente em 45\$000 réis annuaes com laudemio de vintena no caso de venda, e avaliada em 60\$000 réis, a qual foi penhorada ao padre João Garcia de Carvalho, como procurador dos herdeiros de seu tio João Garcia, a requerimento da ex.^{ma} condessa de Anadia D. Maria Luiza, pela 4.^a vara, escripto Paes Gago.—Escrevio da arrematação, Cruz.

42 NO DIA 18 DE ABRIL proximo futuro, pelas tres horas, na praça do deposito publico, se procederá á arrematação do praço foreiro em 19\$200 réis a D. Maria Candida Dias e Silva, com laudemio de vintena, que rende 98\$400 réis, e como tal se acha avaliada em 260\$000 réis, cujo praço faz parte da quinta denominada do Marcelino, no sitio da Cruz das Oliveiras n.^o 32 a 35, freguezia de Nossa Senhora da Ajuda, o qual foi penhorado a Joaquim Antonio Cabral por execução que corre na 1.^a vara, escripto Barros.—O escripto da arrematação, Cruz.